



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO PARCIAL DO FÓRUM DA COMARCA DE MORADA NOVA, MEDIANTE O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, CELEBRADO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ E A EMPRESA FHS CONSTRUTORA EIRELI – EPP. (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8509408-76.2020.8.06.0000).

CT N.º 10/2021

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, situado no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, com sede na Avenida General Afonso Albuquerque Lima, Bairro Cambéba, Fortaleza – CE, inscrito no CNPJ sob o número 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de TJCE ou CONTRATANTE, neste ato representado por sua Presidente, Desembargadora Maria Náide Pinheiro Nogueira, por seu Secretário de Administração e Infraestrutura, Pedro Ítalo Sampaio Girão e a empresa FHS CONSTRUTORA EIRELI – EPP, representada neste ato por Francisco Holanda Sampaio, portador da carteira de identidade n. [REDACTED], com endereço na Rua São Leopoldo, nº 631, Bairro Ancurí, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ/MF sob o número 27.843.749/0001-57, daqui por diante simplesmente denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, que se regerá pela Lei n. 8.666/1993 e suas alterações.

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

A presente contratação obedecerá ao estipulado neste instrumento de Contrato, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que integram o Processo Administrativo n. 8509408-76.2020.8.06.0000, e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

Parágrafo Único – Fundamenta-se o presente Instrumento no Edital de Licitação sob modalidade RDC-e n. 02/2020 e, em especial, no Anexo I – Projeto Básico, incluindo todos os desenhos, caderno de encargos e demais elementos pertinentes, bem como os documentos de habilitação e de proposta de preço, apresentados pela Contratada no RDC-e, em 30 de novembro de 2020, devidamente homologado pelo Exmo. Desembargador Presidente do TJCE, tudo em conformidade com as disposições da Lei Federal n. nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, do Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, da Lei nº 15.306, de 08 de janeiro de 2013, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Cláusula Segunda – Do Objeto

O objeto deste instrumento consiste na contratação de empresa especializada em



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

engenharia para execução do projeto de ampliação e adequação parcial do Fórum da comarca de Morada Nova, mediante o regime de empreitada por preço unitário, pelo critério de julgamento de maior desconto, conforme especificações técnicas e demais condições expressas neste Contrato, bem como nas informações contidas no Edital do RDC-e n. 02/2020, e seus anexos, todos, partes integrantes deste Instrumento.

Parágrafo Único – A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições assumidas na proposta firmada pela CONTRATADA, dirigida ao CONTRATANTE, independentemente da transcrição, a qual faz parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contraria.

Cláusula Terceira – Das Obrigações das Partes

São obrigações das partes neste termo de contrato:

§ 1º DO CONTRATANTE:

- I. Expedir a Ordem de Serviço no prazo máximo definido no §7º da Cláusula Quarta.
- II. Esclarecer eventuais dúvidas sobre detalhes dos serviços a serem executados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas ou previstas.
- III. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, sempre que necessário à execução dos serviços, nos horários previamente acordados.
- IV. Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a substituição, a alteração e/ou refazimento dos serviços não aprovados pela FISCALIZAÇÃO.
- V. Notificar, por escrito, à CONTRATADA a ocorrência de quaisquer imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- VI. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por um ou mais representante(s) especialmente designado(s), nos termos do art. 67 da Lei n. 8.666/1993.
- VII. Efetuar os pagamentos devidos pela execução do objeto, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do Contrato.
- VIII. Fornecer as plantas, desenhos e projetos necessários à perfeita compreensão dos serviços e especificações técnicas a eles relacionadas.
- IX. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste Termo de Contrato.

§ 2º DA CONTRATADA:

- I. Executar os serviços objeto deste Termo de Contrato, em conformidade com o respectivo planejamento, normas e especificações técnicas e, ainda, com as instruções emitidas pelo CONTRATANTE.
- II. Manter-se durante toda a execução contratual em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- III. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º do art. 65 da Lei Federal n. 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.
- IV. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo máximo de 24 horas, a contar do recebimento do pedido de informação.
- V. Equipe Técnica: a CONTRATADA deverá manter como profissional responsável pela execução dos serviços, no mínimo, 1 (um) engenheiro civil, 1 (um) mestre de obras devidamente



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

qualificado e 1 (um) almoxarife, conforme o inciso II, parágrafo Quarto da Cláusula Treze (Das especificações).

a. É de responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das prescrições referentes às Leis Trabalhistas, de Previdência Social e de Seguro de Acidentes do Trabalho bem como assumir todos os ônus, encargos sociais, trabalhistas, fiscais e previdenciários concernentes à execução de seus serviços.

b. As despesas com alimentação, vigilância e transporte de pessoal serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

c. Admitir e dirigir, sob sua inteira responsabilidade, o pessoal adequado e capacitado de que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para a execução dos serviços, correndo por sua conta exclusiva todos os encargos e obrigações de ordem trabalhista, previdenciária e civil, apresentando, ainda, ao CONTRATANTE, quando solicitado, a relação atualizada desse pessoal.

d. A CONTRATADA será representada na obra pelo "Engenheiro Responsável Técnico" indicado na proposta, o qual dirigirá os trabalhos e a representará legalmente, com amplos poderes para decidir, em seu nome, nos assuntos relativos aos serviços contratados.

e. Submeter, em tempo hábil, à aprovação do gestor do contrato, para posterior ratificação pelo seu superior, em caso de justificada necessidade de substituição, o nome do profissional substituto indicado para execução dos serviços, assim como os documentos que comprovem sua capacidade técnica. A documentação do profissional será analisada de acordo com os critérios definidos no Anexo I do Edital RDC-e 02/2020 (Projeto Básico). O profissional substituto deverá ter, obrigatoriamente, qualificação técnica, no mínimo, igual à do substituído;

f. Substituir, por exigência da FISCALIZAÇÃO, qualquer profissional participante da obra, desde que seja constatada a sua desqualificação para a execução de suas tarefas ou que apresente hábitos nocivos e prejudiciais aos usuários da área destinada à construção.

g. Cumprir rigorosamente as NORMAS DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, emanadas da legislação pertinente, fornecendo aos empregados prestadores dos serviços contratados os EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), bem as determinações da NR-5, em especial, quanto à constituição da CIPA.

g.1. Caso a CONTRATADA seja obrigada, pela legislação pertinente, a apresentar um cronograma com descrição da implantação das medidas preventivas (definidas no Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção – PCMAT; no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO; e no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA) e seus respectivos responsáveis, deve fazê-lo antes da 1ª medição, sob pena de retardar o processo de pagamento. Em caso de dispensa, a CONTRATADA deverá apresentar declaração de sua não exigência devidamente fundamentada.

VI. Procedimentos Legais. A CONTRATADA deverá:

a. Encaminhar a fatura e a nota fiscal com a cópia da quitação das seguintes obrigações patronais referentes ao mês anterior à realização dos serviços/ etapa da obra:

a.1. Recolhimento das contribuições devidas ao INSS (parte do empregador e parte do empregado), relativas aos empregados envolvidos na execução do objeto deste instrumento, bem como a eventuais contratados, sócio(s) e diretor(es);

a.2. Recolhimento do FGTS, relativo aos empregados referidos na alínea anterior;

a.3. Comprovante de recolhimento do PIS e ISS, quando for o caso, dentro de 20 (vinte) dias a partir do recolhimento destes encargos;

a.4. Folha de pagamento relativa aos empregados utilizados nos serviços contratados;

a.5. Atestação de conformidade do serviço executado;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- a.6. Apresentação de certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União;
- a.7. Apresentação de certidão negativa de débitos junto aos governos Estadual e Municipal;
- a.8. Apresentação de certificado de regularidade do FGTS – CRF;
- a.9. Certidão negativa de débitos trabalhistas.
- b. Ao final da execução dos serviços para o recebimento definitivo, deverá ainda fornecer a seguinte documentação relativa à obra:
- b.1. Prova de regularidade trabalhista e com as Fazendas Federal (Certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União – RFB/PGFN), Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, válidas, ou outra equivalente, na forma da lei;
- b.2. Certidão de regularidade junto ao INSS de toda a obra;
- b.3. Certidão de regularidade do FGTS;
- b.4. Certidão de quitação do INSS referente ao contrato;
- b.5. Certidão de regularidade junto ao Município onde a obra foi executada;
- b.6. Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (se for o caso);
- b.7. Habite-se (se for o caso);
- b.8. Baixa da ART da execução dos serviços;
- b.9. Certidão de averbação da construção na matrícula do terreno em cartório.
- VII. Procedimentos Administrativos:** as relações entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE serão mantidas por intermédio da FISCALIZAÇÃO.
- a. A CONTRATADA deverá abrir Diário de obra para acompanhamento dos serviços, assinado pelo engenheiro responsável. Todo e qualquer acontecimento deverá ser anotado nesse livro em 3 (três) vias.
- VIII.** Providenciar antes do início dos serviços, objeto deste termo de contrato, as licenças, as aprovações e os registros específicos, junto às repartições competentes, necessários para a execução dos serviços contratados, em particular a ART junto ao CREA competente.
- IX.** A CONTRATADA deverá arcar com todas as responsabilidades e custos para liberações necessárias junto ao CREA, às concessionárias locais, bem como arcar com o pagamento de todas as despesas que se fizerem necessárias à completa execução dos serviços, dentre eles, o pagamento de impostos, taxas e outras obrigações financeiras que vierem a incidir sobre a execução da obra ou serviços.
- a. Antes do início material das obras, a CONTRATADA deverá apresentar o alvará de construção (ou declaração do Município de sua não exigência), evitando o retardamento do início das obras e consequente aplicação das sanções previstas na Cláusula Dezoito (Das sanções Administrativas).
- b. Após o recebimento de Ordem de Serviço, autorizando a mobilização de pessoal técnico no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART desses profissionais no CREA da região onde os serviços serão executados, entregando uma via de cada anotação à FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE e outra via aos profissionais mobilizados. Esses comprovantes são indispensáveis para o início dos serviços por parte desses profissionais.
- X.** Executar, às suas custas, os refazimentos dos serviços executados em desacordo com este termo de contrato.
- a. Substituir, quando rejeitados, os equipamentos, componentes e serviços, dentro do prazo estabelecido pela FISCALIZAÇÃO.
- XI.** Fornecer, a qualquer momento, todas as informações de interesse para a execução dos serviços que a CONTRATANTE julgar necessárias conhecer ou analisar.
- XII.** Facilitar o pleno exercício das funções da FISCALIZAÇÃO. O não atendimento das solicitações feitas pela FISCALIZAÇÃO será considerado motivo para aplicação das sanções



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

contratuais. O exercício das funções da FISCALIZAÇÃO não desobriga a CONTRATADA das suas responsabilidades, de acordo com as disposições deste contrato.

XIII. Responsabilizar-se durante a execução dos serviços contratados por qualquer dano que ocasionar, direta ou indiretamente, a bens da CONTRATANTE ou sob sua responsabilidade ou ainda de terceiros.

a. Constatado dano a bens da CONTRATANTE ou sob a sua responsabilidade ou, ainda, a bens de terceiros, a CONTRATADA de pronto os reparará ou, se assim não proceder, a CONTRATANTE lançará mão dos créditos daquela para ressarcir os prejuízos de quem de direito.

b. A CONTRATADA será responsável pela existência de toda e qualquer irregularidade ou simples defeito de execução, comprometendo-se a removê-lo, desde que provenham da má execução do serviço, sem ônus para o CONTRATANTE.

c. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado (Art. 70 da Lei 8.666/93).

d. A CONTRATADA também será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis (Art. 71, § 1º, da Lei 8.666/93).

e. A CONTRATADA não poderá transferir qualquer responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou subempreiteiros, ainda que referentes a serviços subcontratados.

XIV. A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE, por meio do responsável pela Gerência de Engenharia, sempre que houver necessidades de adequações de projeto, por imposição técnica ou impedimento físico, bem como nos casos em que se verificarem dúvidas ou eventuais omissões de detalhes construtivos.

a. Toda e qualquer dimensão fornecida no projeto, especificações e orçamento deverá ser conferida "in loco" pela CONTRATADA.

b. No caso de divergência de informações entre os desenhos fornecidos e as especificações, ressalvado o disposto na Cláusula Vinte e Um (Das Discrepâncias e Interpretações), prevalecerá primeiramente o contido nas especificações, seguido dos desenhos e, por último, da planilha orçamentária, sempre consultada previamente a FISCALIZAÇÃO.

c. Os casos não abordados serão definidos pela FISCALIZAÇÃO, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para os serviços em questão.

d. Se, para facilitar seus trabalhos, a CONTRATADA necessitar elaborar desenhos de execução, deverá fazê-lo às suas expensas exclusivas, submetendo-os à aprovação prévia da FISCALIZAÇÃO.

XV. A conferência por parte da CONTRATADA deverá ser feita também no tocante a duplicidade de dados, em que haja diferença entre as especificações, o projeto e o orçamento, ou entre quaisquer dos documentos citados, caso que deverá ser levado ao conhecimento do CONTRATANTE antes da apresentação da proposta de execução de serviço, para que este possa dirimir a dúvida a tempo, não cabendo, identicamente ao item anterior, reclamação a qualquer título nem sob qualquer alegação, após a assinatura do respectivo contrato.

XVI. Será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA a quantificação dos materiais e serviços para a execução da obra, que assumirá sua execução integral e completa independente do que for indicado na proposta e da estimativa do roteiro de serviços.

XVII. A execução dos serviços, bem como os materiais a serem empregados deverão ser novos e comprovadamente de primeira qualidade, deverá atender ao exigido neste documento, no conteúdo da planilha de orçamento, no projeto elaborado, no contrato firmado, e, nos casos omissos, nas Normas e especificações da ABNT e dos fabricantes dos materiais.

XVIII. Evitar situações que gerem inquietação ou agitação na execução dos serviços, em especial as pertinentes a atraso de pagamento do seu pessoal ou subcontratados.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

XIX. Manter, durante a vigência deste contrato, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação e classificação no processo licitatório, em especial a equipe de técnicos, indicados para fins de capacitação técnico-profissional, admitindo-se, excepcionalmente, a substituição por profissionais conforme inciso V, alínea "e" deste parágrafo.

XX. Se for necessária a prorrogação do Contrato, a CONTRATADA ficará obrigada a providenciar a renovação do prazo de validade da "Garantia de cumprimento do contrato", nos termos e condições originalmente aprovados pelo CONTRATANTE.

XXI. A CONTRATADA cuidará para que as obras a serem executadas acarretem a menor perturbação possível às vias de acesso e a todo e qualquer bem público ou privado do entorno em questão.

XXII. Quando houver necessidade de movimentar ou modificar outros equipamentos e elementos existentes, a fim de facilitar a execução de seus serviços, a CONTRATADA deverá solicitar previamente à FISCALIZAÇÃO autorização para tais deslocamentos e modificações.

XXIII. Todo o transporte vertical e horizontal de materiais e equipamentos ficará a cargo da CONTRATADA.

XXIV. A CONTRATADA deverá executar os serviços previstos neste documento nos horários compreendidos entre 8 h e 18 h nos dias úteis. Caso os serviços dessa natureza ocorram fora do horário especificado, a CONTRATADA deverá solicitar autorização da FISCALIZAÇÃO que avaliará a possibilidade de realização desses serviços.

a. Quando a CONTRATADA pretender executar serviços durante os fins de semana e/ou feriados, a relação dos serviços a serem executados nesse período deve ser enviada à FISCALIZAÇÃO com uma antecedência mínima de 24 horas, para que seja avaliada a necessidade de acompanhamento da FISCALIZAÇÃO.

XXV. A CONTRATADA deverá manter na obra, cópia da planta necessária à compreensão do projeto e afixá-la em local visível.

XXVI. Os projetos e especificações técnicas fornecidas pelo CONTRATANTE, as planilhas de preços da CONTRATADA, os critérios de medição, o Cronograma Físico-Financeiro com respectivos detalhes e complementos, bem como o Projeto Básico serão partes integrantes deste termo de contrato.

XXVII. Para a perfeita execução e completo acabamento das obras e serviços, a CONTRATADA obriga-se, sob as responsabilidades legais vigentes, a prestar toda assistência técnica e administrativa necessárias para imprimir andamento conveniente aos trabalhos.

XXVIII. Cronograma Físico-Financeiro Executivo:

a. O Cronograma Físico-Financeiro deverá ser ajustado ao efetivo início da obra, quando da emissão da Ordem de Serviços (OS), assim como atualizá-lo mensalmente, conforme o andamento dos serviços.

b. A CONTRATADA deverá apresentar em até 5 (cinco) dias úteis, após a emissão da Ordem de Serviços (OS), uma representação gráfica do desenvolvimento das etapas de serviços que deverão ser executadas ao longo do tempo de duração da obra, demonstrando em cada período o percentual físico a ser executado e o respectivo valor financeiro a ser despendido, usando datas reais a partir da Ordem de Serviço. Essa proposta de cronograma físico-financeiro deve ser submetida à aprovação da FISCALIZAÇÃO. O não cumprimento mensal desse Cronograma será notificado pela FISCALIZAÇÃO no diário de obra, caracterizando o atraso nos serviços que poderá subsidiar a aplicação de sanções previstas no contrato.

c. A periodicidade poderá ser inferior a um mês-calendário, na primeira e última etapa, quando o início ou término das obras/serviços ocorrer no curso do mês.

d. O cronograma físico-financeiro deverá representar todo o caminho crítico da obra, o qual não poderá ser alterado sem motivação circunstanciada e sem o correspondente aditamento do Contrato, independente da não alteração do prazo final.

e. O cronograma deverá identificar previamente as etapas mais relevantes para o cumprimento dos prazos pactuados, de modo a permitir o acompanhamento da execução parcial do objeto contratado e a aplicação das sanções descritas na Cláusula Dezoito (Das Sanções Administrativas).



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

f. O cronograma físico-financeiro estará também sujeito a ajustes em função de motivos de interesse do CONTRATANTE.

g. Quando a execução dos serviços for prevista dentro da quadra invernososa, considerar tal previsão no cronograma a fim de evitar descontinuidade dos serviços.

h. A CONTRATADA deverá manter as entregas relativas a cada etapa da obra estabelecida no cronograma físico-financeiro, sujeitando-se às penalidades a título de multa, incidente no percentual não realizado de cada etapa da obra, conforme Cláusula Dezoito (Das Sanções Administrativas).

i. O cronograma físico-financeiro deverá representar todas as atividades da planilha orçamentária, com grau de detalhamento compatível com o planejamento de execução da CONTRATADA.

j. Compete à CONTRATADA cumprir fielmente os prazos de término de cada etapa de acordo com o seu Cronograma Físico-Financeiro.

k. O período de avaliação dos serviços executados relacionado ao cumprimento do cronograma físico-financeiro tomará como base o primeiro e o último dia do mês em que o serviço foi prestado pela CONTRATADA e recebido pela FISCALIZAÇÃO.

l. Considerar que a representação gráfica do cronograma físico-financeiro se dará através de planilha em "Open Project" ou similar, em que as etapas serão identificadas nas linhas e os prazos nas colunas. Na planilha serão definidos os percentuais entre o valor global da obra para cada etapa e o valor correspondente ao período de execução da etapa, compatibilizando com o cronograma físico. Identificar os valores mensais a serem pagos, como também os valores acumulados dos pagamentos ao longo da execução da obra.

XXIX. A CONTRATADA deverá manter na obra conjunto completo e atualizado dos projetos, ART(s) e alvará de construção.

XXX. Ao final da obra, a CONTRATADA deverá entregar à comissão técnica de recebimento do CONTRATANTE a baixa da ART da execução dos serviços, condição a ser cumprida até o recebimento definitivo da obra.

XXXI. Sobre os materiais, ferramentas e equipamentos, a CONTRATADA deverá:

a. Manter vigilância que guarde e controle os materiais, equipamentos e ferramentas, com registro diário de suas movimentações dentro do canteiro de obras, não se eximindo a CONTRATADA pelo ressarcimento ou reposição total em caso de dano ou extravio.

b. Providenciar, guardar, controlar e utilizar todas as ferramentas, máquinas, aparelhos e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços contratados.

c. Facilitar a inspeção dos materiais, ferramentas e equipamentos por parte da FISCALIZAÇÃO, facultando o acesso aos escritórios, depósitos ou quaisquer outras dependências que, direta ou indiretamente, se relacionem com o objeto do Contrato.

d. Solicitar prévia e expressa autorização do CONTRATANTE durante as ocasiões de eventual substituição de materiais especificados.

e. Providenciar a imediata troca, sem ônus para o CONTRATANTE, de todos os materiais, ferramentas ou equipamentos impugnados pela FISCALIZAÇÃO, por má qualidade, por reprovação em ensaios ou discrepância com as especificações de Projeto.

f. Apresentar amostras de materiais e equipamentos para verificação e eventuais ensaios técnicos normalizados, aleatórios e a critério do CONTRATANTE com ônus do custo para a CONTRATADA quando e se ocorrerem.

g. Fornecer materiais em quantidades que não permitam a interrupção do Cronograma Físico aprovado pelo CONTRATANTE.

h. Fornecer também todos os dispositivos e acessórios, materiais ou ferramentas, eventualmente não mencionados em especificações e/ou não indicados em desenhos do Projeto, mas imprescindíveis à completa e perfeita realização da obra.

XXXII. A CONTRATADA deverá garantir todos os serviços, quer sejam de construção civil, quer sejam referente ao fornecimento e instalações de equipamentos, de uma forma geral, contra vícios, defeitos ou incorreções, nos termos e nos prazos da legislação vigente reparando-as imediatamente após o recebimento da comunicação.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Cláusula Quarta – Da Vigência e do Prazo de Execução dos Serviços

O prazo de vigência do contrato será de 270 (duzentos e setenta) dias consecutivos com eficácia a partir da expedição de ordem de serviço (OS), sendo 150 (cento e cinquenta) dias consecutivos para execução das obras/serviços objeto deste Projeto Básico e Recebimento Provisório, 60 (sessenta) dias consecutivos para expedição do Termo de Aceite e Recebimento Definitivo das obras e serviços e mais 60 (sessenta) dias consecutivos para procedimentos administrativos com vistas a finalizar o vínculo contratual entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, devendo ser rigorosamente respeitado

§ 1º O "termo inicial", para contagem do prazo e início dos serviços, contar-se-á a partir da data definida na ordem de serviço expedida pelo CONTRATANTE, por meio da Gerência de Engenharia.

§ 2º Na contagem dos prazos, o dia do começo é excluído e incluído o dia do vencimento.

§ 3º Fica desde já acordado que, caso haja necessidade, devem ser instituídos pela CONTRATADA turnos adicionais de trabalho, inclusive noturnos, de forma a cumprir o estabelecido no prazo de execução dos serviços, conforme o cronograma, sem qualquer custo adicional para o CONTRATANTE, inclusive em relação aos custos necessários para implantação de condições adicionais de segurança, garantidos os direitos trabalhistas decorrentes.

§ 4º Ficam ressalvadas e dispensadas da aplicação das sanções previstas na **Cláusula Dezoito (Das Sanções Administrativas)**, as hipóteses de caso fortuito externo e força maior, previstas em lei, ou situações de atraso decorrentes de ações do próprio CONTRATANTE ou de terceiros, alheios à responsabilidade da CONTRATADA.

§ 5º O prazo de execução dos serviços apenas poderá ser prorrogado em caso de motivo justo, a critério do CONTRATANTE, desde que a prorrogação seja solicitada por escrito, pela CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do final do prazo contratual.

I. A eventual prorrogação do prazo somente será admitida nas condições estabelecidas no parágrafo 1º, incisos I a VI do art. 57 da Lei n. 8.666/1993.

II. O pedido de prorrogação deverá vir acompanhado de novo Cronograma Físico-Financeiro, relação dos dias, justificativa da impossibilidade de execução dos serviços e comprovação dos motivos que o fundamentam.

§ 6º A expedição da Ordem de Serviço somente se efetivará após a publicação do extrato do Termo de contrato no Diário de Justiça eletrônico (DJe).

§ 7º A Ordem de Serviço deverá ser expedida no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da assinatura deste termo de contrato.

Cláusula Quinta – Do Valor do Contrato

A Contratante pagará à Contratada, pela execução dos serviços objeto deste Contrato o valor total de R\$ 1.502.900,90 (um milhão, quinhentos e dois mil, novecentos reais e noventa centavos), que incluirá todas as despesas necessárias à sua perfeita conclusão.

§ 1º O percentual de desconto apresentado pela CONTRATADA (PROPOSTA DE DESCONTO: 21,56 %) deverá incidir linearmente sobre os preços de todos os itens do orçamento estimado constante do instrumento convocatório, conforme o art. 19, §3º, da Lei nº 12.462/2011, devendo ainda ser aplicado no caso de eventuais prorrogações do Termo de Contrato.

§ 2º O valor deste termo de contrato utiliza as Composições de Custos Unitários, os Coeficientes e os Preços dos Insumos da tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), mantidos e divulgados pela Caixa Econômica Federal (CEF).

I. Para os serviços e insumos não constantes na tabela SINAPI, são utilizadas as Composições de Custos Unitários, os coeficientes e os preços dos insumos da tabela da Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará (SEINFRA), composições próprias do TJCE e cotações de mercado, conforme observação da Planilha Orçamentária (Orçamento Sintético) anexa.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

§ 3º No valor contratado são consideradas as seguintes taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) e de Encargos Sociais:

I. BDI – 25,15% (vinte e cinco vírgula quinze por cento);

II. Encargos Sociais – 48,60% (quarenta e oito vírgula sessenta por cento) para mão de obra mensalista;

III. Encargos Sociais – 85,08% (oitenta e cinco vírgula zero oito por cento) para mão de obra horista;

IV. No caso de equipamentos, conforme Súmula n. 253/2010 do TCU, será aplicada uma taxa de BDI reduzida de 17,19% (dezesete vírgula dezenove por cento).

§ 4º O valor do contrato é de inteira responsabilidade da CONTRATADA e contempla o orçamento sintético e orçamento analítico.

I. No valor do termo de contrato estão incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.

II. Todos os dados informados pela CONTRATADA em sua planilha devem refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

III. Na composição de preços unitários, a CONTRATADA deverá apresentar valores referentes à mão de obra de acordo com o estabelecido pela tabela SINAPI, não podendo ser inferiores aos pisos salariais normativos da categoria correspondente, estabelecido em Dissídio Coletivo, Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho.

§ 5º A CONTRATADA deverá apresentar o detalhamento analítico das respectivas composições de BDI e encargos sociais em conformidade com planilha orçamentária.

I. Caso optante do Simples Nacional deverá apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI compatíveis com as alíquotas em que a empresa está obrigada a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006, bem como que a composição de encargos sociais não inclua os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar.

II. Caso sujeita ao regime de tributação de lucro real, que tem incidência não cumulativa de PIS e COFINS, deverá apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais, comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis n. 10.637/2002 e n. 10.833/2003.

§ 6º É de inteira responsabilidade da CONTRATADA obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos e taxas de qualquer natureza devidas para o fornecimento do objeto deste contrato, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas;

§ 7º A data-base desta contratação deve ter como referência a versão à época da elaboração do orçamento, utilizando as tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) e Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará (SEINFRA).

§ 8º Os Tributos IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) não compõem o cálculo do BDI, tampouco a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalística, que oneram pessoalmente a CONTRATADA, não devendo ser repassado ao CONTRATANTE.

§ 9º Visando à maior transparência, o item Administração Local da Obra deve constar na planilha orçamentária e não no BDI.

Cláusula Sexta – Dos Recursos Orçamentários

Os recursos financeiros correrão por conta do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará - FERMOJU, tendo como Fonte os Recursos Diretamente Arrecadados, nas seguintes dotações orçamentárias:

04200121.02.122.512.20582.15.44905100.2.70.00.1.20



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

04200121.02.122.512.20582.15.44905100.6.70.00.1.20

04200121.02.122.512.11147.14.44905100.2.70.00.1.20

04200121.02.122.512.11147.14.44905100.6.70.00.1.20

§ 1º Nenhuma contratação será efetuada sem a prévia indicação da disponibilidade orçamentária.

Cláusula Sétima – Dos Critérios de Medição e do Pagamento

O representante do TJCE e o da CONTRATADA farão conjuntamente, medições mensais, 30 (trinta) dias a partir do dia correspondente ao autorizado para início da obra, ou no primeiro dia útil subsequente, de acordo com as etapas do cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATADA e aprovado pelo TJCE, sendo considerado como etapa o período de cada medição.

§ 1º Poderá ser ultrapassado o limite previsto para cada etapa, para antecipação de serviços previstos no Cronograma, desde que solicitado com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência e autorizado pelo CONTRATANTE.

I. Poderão ser medidos serviços executados antecipadamente ao previsto no cronograma, a fim de compensar outros em atraso, desde que o valor total da medição não ultrapasse o total previsto na etapa e não haja prejuízo em relação à qualidade e ao bom andamento da obra.

§ 2º A medição dos serviços será sempre feita a cada período de 30 (trinta) dias corridos com base no cronograma aprovado e nas especificações e projetos, considerando os serviços efetivamente executados e aprovados pela FISCALIZAÇÃO.

I. A periodicidade poderá ser inferior a um mês-calendário na primeira e última medição, quando o início ou término das etapas das obras/serviços ocorrer no curso do mês. Neste caso o cronograma será ajustado à situação.

II. A etapa cujo dia 31 de dezembro estiver contido no respectivo período deverá ser apurada em duas medições, as quais obedecerão à seguinte forma:

a. A primeira realizada em 31 de dezembro, relativa aos serviços executados entre a medição anterior até a data em questão;

b. A segunda será realizada no dia correspondente à próxima medição mensal, referente aos serviços executados entre 1º de janeiro e o dia em questão.

§ 3º Concluída cada etapa constante do Cronograma Físico-Financeiro, a FISCALIZAÇÃO terá 5 (cinco) dias úteis, após formalmente comunicada pela CONTRATADA, para a conferência da medição, compatibilizando-a com os dados da planilha das obras/serviços e preços constantes de sua proposta, bem como da documentação hábil de cobrança.

§ 4º O critério de medição a ser utilizado será baseado em obras e serviços reais, ou seja, nos quantitativos das obras/serviços efetivamente executadas e materiais efetivamente aplicados, não sendo levados em consideração descontos, acréscimos, perdas e outros elementos similares que deverão ser considerados na composição de custos dos serviços.

§ 5º Somente será medido o serviço executado conforme o previsto no cronograma, observados os respectivos projetos, especificações e preços das planilhas e o disposto nos incisos seguintes:

I. Somente serão realizadas medições mensais dos serviços efetivamente concluídos em cada etapa, conforme Cronograma Físico-Financeiro.

II. Não serão medidos serviços executados em desacordo com os projetos e as especificações que integram este Contrato.

III. Não será medido o fornecimento de material em separado da execução do respectivo serviço.

IV. Os preços unitários servirão para permitir medições de eventuais acréscimos ou deduções de serviços decorrentes de modificações nos projetos ou nas especificações, autorizadas pelo CONTRATANTE.

§ 6º Só serão medidos e autorizados os pagamentos dos itens comprovadamente executados ou instalados na obra através de vistoria do CONTRATANTE.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

§ 7º Para cada medição do contrato, é exigida a entrega do livro de obras ou do livro de ocorrências referente ao período da medição, preenchido e assinado pelo representante da CONTRATADA e da FISCALIZAÇÃO do TJCE.

§ 8º A discriminação e quantificação dos serviços e obras considerados na medição deverão respeitar rigorosamente as planilhas de orçamento apresentadas pela CONTRATADA e integrante do respectivo contrato, inclusive critérios de medição e pagamento.

§ 9º A medição deverá ser baseada em relatórios elaborados pela CONTRATADA constando de levantamentos, memória de cálculo, gráficos e outros necessários à perfeita determinação das quantidades dos serviços efetivamente executados.

§ 10º Os pagamentos serão efetuados de acordo com os percentuais estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro da CONTRATADA, desde que observada a efetiva execução dos serviços correspondentes e em concordância com projetos, especificações e preços das planilhas.

§ 11 Os valores referentes às obras/serviços que forem rejeitados, relativos a uma medição, serão pagos após a CONTRATADA refazê-los, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.

§ 12 Quebras, desperdícios, aquisição ou aluguel de equipamentos para execução de serviços, aquisições de miudezas, preparos diversos, cortes, embulimentos, recomposições, testes, estudos de solo, tecnologias de execução e outros elementos auxiliares previstos nas especificações, lixamentos, andaimes, cantoneiras, sistema de transporte, horários especiais de trabalho, critérios de descontos de vãos e outros itens similares são considerados como elementos constituintes da composição de custos propostos pela CONTRATADA.

§ 13 O pagamento da primeira medição está condicionado à apresentação do PCMAT ou apresentação de sua não exigência devidamente fundamentada, de acordo com o § 2º g.1 da Cláusula Terceira deste Termo de Contrato, como também da apresentação do Projeto de Gestão de Resíduos da Construção Civil, conforme §6º, I, d da Cláusula Treze.

§ 14 O pagamento da última medição estará condicionado à conclusão total da obra, sanadas todas as pendências e conforme o Recebimento Definitivo previsto no § 7º da Cláusula Dezesseis (Do Recebimento e Aceitação do Serviço) atestado por comissão designada para esse fim.

§ 15 O CONTRATANTE realizará o pagamento em até 30 (trinta) dias contados da apresentação do documento fiscal correspondente.

§ 16 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta-corrente da CONTRATADA.

§ 17 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, da proposta e confida no próprio instrumento do CONTRATO, não se admitindo notas fiscais/faturas emitida com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

§ 18 As Notas Fiscais/Faturas apresentadas em desacordo com o estabelecido neste Termo de Contrato, na nota de empenho, ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à adjudicatária e nesse caso o prazo previsto no Parágrafo Treze desta Cláusula será interrompido.

§ 19 A contagem do prazo previsto para pagamento (30 dias) será reiniciada a partir da respectiva regularização, desconsiderado o prazo anteriormente decorrido durante a análise das Notas Fiscais/Faturas consideradas irregulares.

§ 20 A nota fiscal/fatura será emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais, especialmente as de natureza fiscal, acrescida das seguintes informações:

- I. Indicação do número do CONTRATO;
- II. Indicação do objeto do CONTRATO;
- III. Indicação da medição a que se refere o faturamento;
- IV. Matrícula CEI da obra;
- V. Destaque, conforme regulação específica, das retenções incidentes sobre o faturamento (ISS, INSS, IRRF e outros), se houver;
- VI. Destaque de valor relativo a qualquer retenção aplicada pelo TJCE, para produzir, exclusivamente, efeitos financeiros no ato de pagamento, não podendo alterar o valor total do documento fiscal;
- VII. Conta bancária, conforme indicado pela CONTRATADA na nota fiscal.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

§ 21 Devorão ser apresentados pela CONTRATADA, podendo acarretar possível atraso no pagamento na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito à alteração de preços ou compensação financeira:

- I. Atestação de conformidade do serviço executado;
- II. Livro de obras ou de ocorrências assinado de acordo com o §7º desta Cláusula;
- III. Documento fiscal preenchido em acordo com o §20 desta Cláusula;
- IV. Apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- V. Apresentação de Certidão Negativa de Débitos junto aos Governos Estadual e Municipal;
- VI. Apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- VII. Garantia contratual vigente;
- VIII. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

§ 22 O CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura apresentada pela CONTRATADA, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

- I. Execução defeituosa dos serviços;
- II. Paralisação dos serviços por culpa da CONTRATADA.

§ 23 O CONTRATANTE fará a retenção, com repasse ao Órgão Arrecadador, de qualquer tributo ou contribuição determinada por legislação específica, sendo que a CONTRATANTE reserva-se o direito de efetuar-la ou não nos casos em que for facultativo.

§ 24 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad i = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

no qual I = taxa percentual anual no valor de 6%.

Cláusula Oitava – Da Garantia Contratual

A CONTRATADA deverá entregar na Central de Contratos e Convênios do CONTRATANTE, no prazo de 5 (cinco) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, a título de garantia, a quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, cabendo-lhe optar dentre as modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/1993.

§ 1º O prazo de vigência da garantia deverá ser igual ao prazo de vigência contratual previsto na Cláusula Quarta (Da Vigência e do Prazo de Execução dos Serviços), acrescido de 4 (quatro) meses.

§ 2º A garantia será devolvida à CONTRATADA somente depois de 4 (quatro) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação para cumprimento integral das obrigações assumidas, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados ao CONTRATANTE.

§ 3º A prorrogação contratual ensejará também a prorrogação do prazo de manutenção da garantia.

§ 4º A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- I. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

II. Prejuízos diretos causados ao TJCE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

III. Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo TJCE à CONTRATADA; e

IV. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

§ 5º A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no parágrafo anterior, observada a legislação que rege a matéria.

§ 6º A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica, a ser indicada, com correção monetária.

§ 7º Salvo na condição de que os serviços foram prestados a contento, a não renovação, tempestivamente, da Garantia do Contrato ensejará a suspensão de pagamentos até a regularização do respectivo documento, independentemente da aplicação das sanções contratuais.

§ 8º Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

§ 9º No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

§ 10 Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento de multas, ela deve ser complementada no prazo de até 48 horas, contado da solicitação do CONTRATANTE, a partir do qual se observará o disposto abaixo:

I. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento);

II. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias acarretará a rescisão unilateral do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666, de 1993, sem prejuízo da multa prevista no inciso anterior.

§ 11 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

§ 12 Será considerada extinta a garantia:

I. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

II. Depois do término da vigência do contrato, observado o prazo previsto nesta Cláusula, que poderá, independentemente de sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

Cláusula Nona – Do Reajuste e dos Acréscimos

Face ao prazo de duração dos serviços, os preços serão fixos e irrevogáveis.

§ 1º Somente ocorrerá reajuste para as parcelas que ultrapassem o período de um ano da data limite fixada para apresentação da proposta e caso o adimplemento da obrigação das parcelas a realizar não estejam atrasadas por culpa da CONTRATADA, conforme cronograma físico aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

§ 2º Os preços contratuais poderão ser reajustados de acordo com o parágrafo anterior utilizando a variação do Índice Nacional de Custo da Construção – INCC, coluna 35 (do mês correspondente à data fixada para entrega da proposta), calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, e publicado na seção de Índices Econômicos da Revista "Conjuntura Econômica", pela fórmula a seguir relacionada:

$$R = V \times \left(\frac{I - I_0}{I_0} \right)$$



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual dos serviços a serem reajustados;

I_0 = Índice inicial - refere-se ao índice de custos do mês correspondente à data fixada para entrega da proposta;

I = Índice relativo ao 12º mês após a data da apresentação da proposta.

OBS: O FATOR $[(I - I_0) / I_0]$ deve ser truncado na quarta casa decimal, ou seja, desprezar totalmente da quinta casa decimal em diante.

§ 3º Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Termo de Contrato, conforme previsto no art. 65, §1º, da Lei Nº 8.666/93.

§ 4º No caso de aditivos contratuais que contenham serviços novos, o preço unitário de tais serviços será formado aplicando-se a mesma taxa de BDI especificada no item 7 do ANEXO I - Projeto Básico do Edital de RDC n. 02/2020, bem como a mesma taxa de desconto ofertada pela CONTRATADA.

§ 5º Na hipótese de ocorrência do previsto no art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei n. 8.666/1993, a CONTRATADA deverá primeiramente observar os prazos de execução que foram pactuados, enquanto for apreciado o pedido de restabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro, sob pena de incorrer em inadimplência, com a consequente aplicação das penalidades legais e aquelas previstas neste Edital e seus anexos.

Cláusula Décima – Da Fiscalização

No curso da execução dos serviços, e quando de sua conclusão, reserva-se o CONTRATANTE, por meio da Gerência de Engenharia, o direito de fiscalizar o fiel cumprimento das especificações exigidas, a fim de assegurar o seu recebimento ou manifestar sua recusa.

§ 1º A FISCALIZAÇÃO representará o CONTRATANTE e terá as atribuições delegadas em ato específico e será composta por engenheiros com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização das obras/serviços de construção.

§ 2º A FISCALIZAÇÃO será exercida no interesse exclusivo do CONTRATANTE, não suprimindo a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, não implicando corresponsabilidade objetiva ou subjetiva do CONTRATANTE.

§ 3º As decisões e (ou) providências que ultrapassarem a competência da FISCALIZAÇÃO do contrato deverão ser levadas, por escrito, ao conhecimento do Secretário de Infraestrutura e Administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes e necessárias a cada caso.

§ 4º A FISCALIZAÇÃO será exercida pela Gerência de Engenharia, através de Engenheiro ou Comissão, devidamente designado para esse fim, o qual exercerá o controle e a fiscalização da execução da obra em suas diversas fases, e decidirá sobre dúvidas surgidas no decorrer da construção, devendo:

I. Promover as avaliações das etapas executadas, observado o disposto no Cronograma Físico-Financeiro.

II. Atestar os documentos referentes à conclusão de cada etapa, nos termos contratados, para efeito de pagamento.

§ 5º A presença da FISCALIZAÇÃO na obra não diminuirá a responsabilidade da CONTRATADA quanto à perfeita execução do trabalho.

§ 6º As anotações necessárias e a discriminação de todos os eventos ocorridos na obra serão obrigatoriamente registradas no livro Diário de Obra, dentre elas:

- I. As condições meteorológicas durante todos os dias de execução dos serviços;
- II. Os dias de chegada de cargas e insumos;
- III. Número de operários em atividade com discriminação de suas funções;
- IV. Equipamentos utilizados;
- V. As modificações efetuadas no decorrer da obra;
- VI. As consultas à FISCALIZAÇÃO;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- VII. As datas de início e de conclusão dos serviços;
- VIII. As datas de início e de conclusão de etapas, de acordo com o cronograma físico-financeiro aprovado;
- IX. Os acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos;
- X. As respostas às interpelações da FISCALIZAÇÃO;
- XI. Medições das etapas de obras e respectivos valores a serem faturados;
- XII. Falta de materiais;
- XIII. Quaisquer outros fatos que devam ser objeto de registro.

§ 7º Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato.

§ 8º Autorizar a execução de serviços durante os fins de semana e/ou feriados, uma vez que solicitados em tempo e puderem ser realizados sem a presença da FISCALIZAÇÃO.

I. Restringir a realização de atividades que julgar necessitarem de seu acompanhamento tendo sua execução restrita aos horários compreendidos entre 8h e 18h de dias úteis.

§ 9º Agir e decidir em nome do CONTRATANTE, inclusive, para rejeitar os serviços executados em desacordo com os projetos, especificações técnicas ou com imperfeição, levando-se em consideração também as Normas Técnicas da ABNT e outras aplicáveis.

§ 10 Certificar as Notas Fiscais correspondentes após constatar o fiel cumprimento dos serviços executados, medidos e aceitos.

§ 11 Transmimir suas ordens e instruções por escrito, salvo em situações de urgência ou emergência, sendo reservado à CONTRATADA o direito de solicitar da FISCALIZAÇÃO, por escrito, a posterior confirmação de ordens ou instruções verbais recebidas.

§ 12 Para quaisquer serviços mal executados, a FISCALIZAÇÃO reservar-se-á o direito de determinar sua modificação, o seu reparo ou a substituição da forma de execução, com os materiais que entenderem mais adequados, sem que tal fato acarrete em solicitação de ressarcimento financeiro por parte da CONTRATADA, nem extensão do prazo para conclusão da obra.

§ 13 Solicitar que a CONTRATADA, através de comunicação oficial, afaste o empregado ou subcontratado que não esteja cumprindo fielmente este Termo de Contrato.

§ 14 A FISCALIZAÇÃO não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou subempreiteiros, ainda que referentes a serviços subcontratados.

§ 15 Solicitar por meio da Central de Contratos e Convênios do TJCE a aplicação, nos termos contratuais, de multa(s) à CONTRATADA, dando-lhe ciência do ato por escrito bem como comunicar ao Órgão Financeiro do CONTRATANTE para que proceda a dedução da multa da garantia contratual.

I. Instruir o(s) recurso(s) da CONTRATADA no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando a CONTRATADA discordar do CONTRATANTE.

§ 16 No exercício de suas atribuições fica assegurado à FISCALIZAÇÃO, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso ao local de execução dos serviços, bem como a todas as informações relacionadas às obras e serviços por esta fiscalização julgadas necessárias.

Cláusula Onze – Do Escopo dos Serviços

Os serviços serão executados conforme projetos referenciados na **Cláusula Doze (Dos Memorials e Projetos)**, bem como outros serviços caracterizados pelo escopo que se segue.

§ 1º LOCAL DE EXECUÇÃO: os serviços deverão ser executados no prédio do Fórum da Comarca de Morada Nova, localizado à Av. Manoel de Castro, nº 680, Centro - Morada Nova - CE

§ 2º Genericamente, os principais serviços que caracterizam o objeto deste Contrato e que, conseqüentemente, se expressam numericamente na composição do orçamento da obra, são os descritos a seguir:

- I. ADMINISTRAÇÃO LOCAL;
- II. SERVIÇOS PRELIMINARES;
- III. DEMOLIÇÕES;
- IV. MOVIMENTO DE TERRA;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- V. FUNDAÇÕES;
- VI. ESTRUTURA;
- VII. ALVENARIA;
- VIII. COBERTURA;
- IX. IMPERMEABILIZAÇÃO;
- X. REVESTIMENTO;
- XI. PAVIMENTAÇÃO;
- XII. INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS;
- XIII. INSTALAÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIO E GÁS;
- XIV. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E CORRELATAS;
- XV. CLIMATIZAÇÃO;
- XVI. ESQUADRIAS E FERRAGENS;
- XVII. FORRO;
- XVIII. PINTURA;
- XIX. LOUÇAS, METAIS E ACESSÓRIOS;
- XX. DIVERSOS;
- XXI. SINALIZAÇÃO;
- XXII. FÓRUM PROVISÓRIO;
- XXIII. SERVIÇOS FINAIS.

§ 3º A execução desses serviços será de acordo com os detalhes dos projetos, as especificações e o Caderno de Encargos e Especificações Técnicas.

§ 4º Todos os materiais a serem empregados na execução dos serviços em referência serão novos, de fabricantes consagrados, sem imperfeições ou defeitos e serão fornecidos pela CONTRATADA que ficará responsável também pelo ferramental necessário à sua execução e limpeza final da obra.

I. Os materiais miúdos de fixação, derivação, conexão, etc. (tais como: buchas, arruelas, parafusos, porcas, vedantes, colas, luvas, curvas, terminais, identificadores, anilhas, fitas isolantes, tintas, protetores, conexões, suportes, braçadeiras, tirantes etc.) não constam das planilhas dos materiais e tem os seus custos diluídos nos custos unitários das mesmas.

II. Todos os materiais envolvidos na instalação possuirão certificado fornecido pelo INMETRO ou empresa certificadora de reconhecimento nacional, e ser previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO.

III. Todo material será vistoriado pela FISCALIZAÇÃO antes de sua instalação.

§ 5º Quanto à qualidade e garantia, deve-se observar o seguinte:

I. A liberação dos projetos pela Gerência de Engenharia não desobrigará a CONTRATADA de sua plena responsabilidade com relação à sua implantação, incluindo quaisquer fatos que venham a impossibilitar, prejudicar ou retardar a execução dos serviços, submetendo-a a todas as penalidades da legislação em vigor.

II. Os produtos instalados, deverão ser garantidos contra vícios de fabricação relacionados a projetos, mão de obra e materiais aplicados, por um período de 5 (cinco) anos, a contar da data de Recebimento Definitivo.

Cláusula Doze – Dos Memorials e Projetos

Constituem partes integrantes deste termo de contrato o Projeto Básico (Anexo I do Edital do RDC-e n. 02/2020) e os seguintes Projetos e documentos disponíveis na Gerência de Engenharia:

§ 1º PROJETOS: (fls. 0152 a 0160 do P.A. nº 8509408-76.2020.8.06.0000);

- I. Projeto de Arquitetura – 32 (trinta e duas) pranchas;
- II. Projeto de Arquitetura para o Fórum Provisório – 02 (duas) pranchas;
- III. Projeto de Canteiro de Obras – 01 (uma) prancha;
- IV. Projeto Estrutural – 09 (nove) pranchas;
- V. Projeto de Climatização – 03 (três) pranchas;
- VI. Projeto de Proteção de Combate a Incêndio e Pânico e Gás – 02 (duas) pranchas;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

VII. Projeto de Instalações Elétricas e Correlatas – 15 (quinze) pranchas;

VIII. Projeto de Instalações Hidrossanitárias – 03 (três) pranchas;

IX. Projeto de Sinalização – 03 (três) pranchas;

§ 2º DOCUMENTOS:

I. Plano de Obras (fls. 0194 a 0200 do P.A. nº 8509408-76.2020.8.06.0000)

II. Planilha orçamentária e os seguintes anexos:

III. Orçamento Sintético: quantitativos estimados em projeto quantitativos estimados em projeto (fls. 0161 a 0184 do P.A. nº 8509408-76.2020.8.06.0000);

IV. Orçamento Analítico: composições dos serviços (fl. 0185 do P.A. nº 8509408-76.2020.8.06.0000);

V. Cronograma Físico-Financeiro: (fl. 0186 do P.A. nº 8509408-76.2020.8.06.0000);

VI. Encargos Sociais e BDI 2019: (fl. 0187 do P.A. nº 8509408-76.2020.8.06.0000);

VII. Caderno de Encargos e Especificações Técnicas: (fl. 0188 do P.A. nº 8509408-76.2020.8.06.0000);

VIII. Metodologia SINAPI para cálculo de encargos complementares: (fl. 0189 do P.A. nº 8509408-76.2020.8.06.0000);

IX. Declaração de quantitativos e custos de acordo com projetos e tabelas TJCE: (fl. 0190 a 192 do P.A. nº 8509408-76.2020.8.06.0000);

§ 3º ART e RRT DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS:

I. RRT Registro de Responsabilidade Técnica e ART – Anotação de Responsabilidade Técnica (fl. 0193 do P.A. nº 8509408-76.2020.8.06.0000).

§ 4º As pranchas de desenhos integrantes do Projeto Básico – Anexo I do Edital de RDC-e foram disponibilizadas pela Gerência de Engenharia, em formato "PDF" e no tamanho original.

I. Caso necessário, permanecem disponíveis para a CONTRATADA as pranchas e desenhos em formato "DWG".

§ 5º Os Projetos, as especificações, os quantitativos da Planilha Orçamentária e demais documentos técnicos elaborados pela Gerência de Engenharia para a execução da obra e que acompanham este contrato passarão por criteriosa análise e comparação feitas pela CONTRATADA, a qual coube conferi-los e, ainda na fase de licitação, apresentar as observações necessárias para a correção de eventuais ocorrências.

I. Os quantitativos estimados em projeto não poderão ser alterados pela CONTRATADA, exceto quando devidamente estabelecido em ERRATA e/ou ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS.

II. Esses documentos referidos constituem a totalidade da contratação.

§ 6º Após a celebração do contrato, não será levada em conta reclamação ou solicitação de alteração dos preços constantes da proposta da CONTRATADA, salvo motivo devidamente justificado.

§ 7º Os projetos apresentados pela Gerência de Engenharia deverão, caso necessário, sofrer correções e complementações para se adaptarem às normas existentes no local, sempre precedidas da aprovação do CONTRATANTE.

§ 8º As especificações técnicas identificam os tipos de serviços, materiais e equipamentos, contendo informações que permitem o estudo e dedução de métodos construtivos, instalações e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo.

I. Em hipótese alguma, poderá ser sugerida modificação nos preços, peças, prazos ou condições de sua proposta apresentada sob alegação de insuficiência de dados e/ou informações sobre as obras ou condições locais.

II. As especificações técnicas determinam as condições gerais, e mínimas, a serem atendidas pela CONTRATADA na execução das obras indicadas no projeto. Contêm informações complementares aos desenhos e planilhas, e possibilitam uma compreensão completa do serviço requisitado.

III. O Projeto Básico foi desenvolvido apresentando um conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para:

a. Caracterizar a obra de engenharia da licitação, com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- b. Assegurar a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento;
- c. Possibilitar a avaliação do custo da obra ou serviço e a definição dos métodos e do prazo de execução.

Cláusula Treze – Das Especificações

As especificações da obra são assim delineadas:

§ 1º Considerações Preliminares

I. A execução dos serviços deverá atender aos dispostos no Código de Obras do Município, demais legislações vigentes e normas técnicas relativas aos serviços diversos, devendo ser desenvolvida com todas as proteções e a segurança necessária, a fim de não causar interferências ou danos de qualquer espécie a terceiros e às edificações vizinhas.

II. A CONTRATADA deverá implantar, no canteiro de obras, procedimentos de segregação dos resíduos gerados, para fins de reutilização e/ou de reciclagem, em consonância com a Resolução CONAMA 307/02 e alterações posteriores, independentemente das exigências de legislação municipal.

III. A CONTRATADA deverá estar apta a desenvolver projeto de gestão de resíduos da construção civil, que assegure a segregação no canteiro de obras dos resíduos gerados, para fins de reutilização e/ou reciclagem, em conformidade com a legislação municipal vigente ou que vier a ser implantada no decorrer da execução dos serviços.

IV. Os serviços deverão ser executados em conformidade com o projeto, seus detalhes, recomendações e especificações técnicas.

V. As cotas definidas nos detalhes serão preponderantes sobre as cotas especificadas em plantas e cortes gerais.

VI. Os serviços serão desenvolvidos com o prédio ocupado e em funcionamento.

a. Os serviços deverão priorizar os horários normais (segunda à sexta, das 08:00h às 18:00h), somente sendo executados em horários extraordinários e com a devida justificativa apresentada pela CONTRATADA com autorização prévia da FISCALIZAÇÃO.

VII. A programação de atividades deverá ser realizada de forma a manter a área onde os serviços serão executados devidamente isolada e sinalizada (com a utilização de tapumes, cones, fitas zebreadas, placas de advertências, etc.) de modo a evitar quaisquer tipos de incidentes envolvendo servidores e/ou usuários com os serviços decorrentes da execução da reforma.

a. A CONTRATADA será responsabilizada por quaisquer acidentes envolvendo servidores e/ou usuários.

VIII. Deverá ser providenciado, caso necessário, o cobrimento provisório da cobertura, no período em que estiverem sendo executados os serviços, de modo a proteger os materiais, equipamentos e divisórias existentes no prédio.

a. Casos tais elementos existentes no prédio vierem a se danificar em decorrência dos serviços ou infiltrações de água de chuva, é de responsabilidade da CONTRATADA a recuperação e/ou substituição das partes afetadas, obedecendo ao padrão existente no local.

IX. A CONTRATADA utilizará a energia elétrica do Fórum. Entretanto, a infraestrutura de instalações elétricas necessária à execução dos serviços, deverá ser providenciada pela CONTRATADA.

a. No caso da utilização de equipamentos de alto consumo de energia, tal como máquina de solda, a CONTRATADA deverá consultar a FISCALIZAÇÃO para proceder com a instalação no equipamento na rede existente.

X. Tal como ocorrerá com o consumo de energia elétrica, a CONTRATADA poderá se utilizar das infraestruturas de água existente no Fórum. Contudo, deverá zelar para que a utilização desses insumos não perturbe os trabalhos dos servidores e magistrados, bem como não cause danos às instalações existentes.

a. A CONTRATADA responderá e reparará, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, qualquer dano ou avaria nos subsistemas supracitados decorrente da utilização destes na execução dos serviços.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

XI. A limpeza do terreno deverá ser feita de acordo com as normas e autorizações da municipalidade e de forma a evitar danos a terceiros.

XII. A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas decorrentes da eventual execução de trabalhos, quer com os insumos, a mão de obra, as instalações e equipamentos necessários à plena execução dos serviços contratados, bem como todos os testes necessários à aceitação e recebimento deles.

XIII. A CONTRATADA deverá obter junto à Prefeitura Municipal o alvará de construção e, se necessário, o alvará de demolição, na forma das disposições em vigor ou declaração do Município de sua não exigência, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.

XIV. Os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta da CONTRATADA.

a. O controle tecnológico abrangerá as verificações da dosagem utilizada, da trabalhabilidade, das características dos constituintes e da resistência mecânica, obedecendo ao disposto na NBR 6118 - Projeto de Estruturas de Concreto - Procedimento e na NBR 12654 - Controle Tecnológico de Materiais Componentes do Concreto.

b. O controle tecnológico do aterro será realizado de acordo com a NBR 5681 - Controle Tecnológico da Execução de Aterros em Obras de Edificações. O aterro será sempre compactado até atingir o grau de compactação de no mínimo 95%, com referência ao ensaio de compactação normal de solos, conforme a NBR 7182 - Solo - Ensaio de Compactação.

XV. A CONTRATADA deverá refazer de imediato, às suas exclusivas expensas, qualquer trabalho inadequadamente executado e/ou recusado pelo CONTRATANTE, sem que isso represente custo adicional.

a. Não haverá, por isso, tolerância de atrasos ou prorrogação dos prazos previstos para a execução da obra.

XVI. Todos os materiais sucateados e entulhos resultantes dos serviços executados pela CONTRATADA, sem exceção, deverão ser removidos, durante o desenvolvimento dos serviços e imediatamente após a conclusão dos serviços.

XVII. Proceder, ao final da execução dos serviços, à desmobilização das instalações provisórias dos canteiros, limpeza e remoção do material desnecessário indesejável.

§ 2º Serviços Preliminares

I. Placa da Obra: A CONTRATADA deverá providenciar placas da obra em chapa de aço galvanizado com tamanho de 2 m² e layout definido pela Gerência de Engenharia, contendo os dados da obra, do CONTRATANTE, da CONTRATADA e de seus responsáveis técnicos. A placa deverá ser fixada pela CONTRATADA no local indicado pela FISCALIZAÇÃO.

II. Placas adicionais referentes a informações do CREA ou a interesses próprios da CONTRATADA serão às suas exclusivas expensas, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE.

III. O CONTRATANTE em hipótese alguma responderá por eventuais danos ou perdas de materiais e equipamentos da CONTRATADA que venham a ocorrer nas áreas de sua propriedade.

IV. A CONTRATADA será responsável pelo desvio das redes e tubulações de água, energia, esgotos sanitários, águas pluviais, telefônicas, etc. que passem pelo local da realização dos serviços se necessário à execução deste, sem que seja prejudicado ou interrompido o funcionamento dos sistemas de abastecimento e serviços correspondentes, sem ônus para o CONTRATANTE.

V. Instalações Provisórias para Canteiro de Obra:

a. A CONTRATADA deverá providenciar no canteiro de obras a execução das instalações provisórias de água, esgoto e energia elétrica dentro das normas.

b. A CONTRATADA planejará as construções e instalações provisórias que sejam necessárias ao bom andamento da obra e deverá propor à FISCALIZAÇÃO o(s) local(is) onde pretende instalar o canteiro da obra.

c. As instalações mínimas necessárias ao bom funcionamento da obra incluem: escritório, barracão com refeitório, almoxarifado, depósito, central de armaduras, central de formas, banheiro com vestiário, instalações elétricas e hidrossanitárias e demais itens necessários a atender as normas relativas à segurança e qualidade de prestação do serviço.

d. A CONTRATADA manterá organizada, limpas e em bom estado de higiene as instalações do canteiro de serviço, especialmente as vias de circulação, passagens e escadarias,



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

coletando e removendo regularmente as sobras de materiais e providenciando, inclusive, a regular e apropriada coleta do lixo e dos entulhos.

e. Correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA todas as despesas com relação à construção, manutenção e administração do canteiro da obra.

f. A CONTRATADA será responsável pela manutenção da ordem nas áreas sob sua responsabilidade, mantendo serviço de vigilância no canteiro, até a conclusão da execução dos serviços contratados.

g. O CONTRATANTE em hipótese alguma responderá por eventuais danos ou perdas de materiais e equipamentos da CONTRATADA que venham a ocorrer nas áreas de sua propriedade.

§ 3º Serviços de Movimentação de Terra

I. É necessário que todo o processo de substituição do solo seja acompanhado por profissional especializado em geotecnia capaz de:

a. Identificar as camadas de baixa compactidade que deverão ser removidas;

b. Especificar o material que será utilizado em substituição ao solo removido, bem como o processo de compactação a ser utilizado, de modo que o resultado final fique compatível com a taxa de trabalho e profundidade das fundações utilizadas em projeto;

c. Verificar se as fundações estão compatíveis com o novo solo e, se necessário, especificar as alterações recomendadas, emitindo parecer.

§ 4º Administração da Obra

I. A administração local da obra refere-se às despesas de manutenção da equipe técnica e administrativa para a execução da obra, como engenheiro, mestre de obras, almoxarife e etc.

II. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, fornecer o acompanhamento técnico através do seu engenheiro responsável pelos serviços durante todo o prazo deste. Este engenheiro deverá permanecer no canteiro de obras sempre que a FISCALIZAÇÃO se fizer presente, sendo que durante o período de execução da obra deverá acompanhar, planejar, fiscalizar e orientar seu quadro de funcionários além de preencher e assinar o diário de obras, verificando orientações e observações da FISCALIZAÇÃO. Os serviços somente poderão ser iniciados com este profissional já definido e aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

a. A CONTRATADA deverá dispor de 1 (um) Mestre de Obras devidamente qualificado e 1 (um) almoxarife, todos em tempo integral e exclusivos nessa obra, para acompanhamento dos serviços especificados, conforme discriminado na Planilha Orçamentária.

b. Em caso de prorrogação do prazo da obra, conforme Parágrafo Quinto da Cláusula Quarta (Da Vigência e do Prazo de Execução dos Serviços), a necessidade de Administração da obra será avaliada em cada caso concreto, bem como a determinação da equipe necessária a essa administração.

c. O pagamento/medição deste item será estimado em parcelas mensais divididas pelo prazo da obra, sendo que o valor a ser efetivamente pago/medido da administração local será proporcional aos demais itens do Cronograma Físico-Financeiro do mês em questão que estiverem concluídos e aceitos pela FISCALIZAÇÃO.

c.1. Caso os demais itens do mês em questão não estiverem concluídos ou não sejam aceitos pela FISCALIZAÇÃO, será descontado do pagamento a título de ADMINISTRAÇÃO um percentual deste item proporcional ao montante não executado ou não aceito.

d. Sempre que for constatada, pela FISCALIZAÇÃO, divergência quanto ao número de profissionais e outros insumos no canteiro de obra, em contrapartida ao efetivamente planejados, deverá ser anotado em diário de obra para desconto dos respectivos valores na medição.

III. O valor a ser pago a título de ADMINISTRAÇÃO é relativo à execução da obra dentro do prazo efetivo de execução de serviços, previsto na Cláusula Quarta (Da Vigência e do Prazo de Execução dos Serviços). Caso haja modificação deste prazo por solicitação do CONTRATANTE, o valor mensal deverá ser renegociado em comum acordo entre as partes.

a. Caso a alteração do prazo supracitado seja ocasionada pela CONTRATADA, não caberá ao CONTRATANTE qualquer pagamento por conta da dilatação do prazo.

b. Caso haja necessidade de acréscimo da administração local com ressarcimento à CONTRATADA, será estimada, pela FISCALIZAÇÃO, a equipe de administração local necessária



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

com os demais custos correlatos (alimentação, transporte e etc.) conforme cada caso, devendo ser registrado o motivo desta alteração no diário de obras.

IV. Quaisquer serviços que interfiram em áreas fora da obra deverão ser previstos, planejados e programados junto à FISCALIZAÇÃO com tempo hábil para isolamento e proteção das áreas a serem afetadas.

V. Todo serviço realizado em horário extraordinário somente poderá ser realizado e remunerado se devidamente autorizado pela FISCALIZAÇÃO e com a devida justificativa apresentada pela CONTRATADA.

§ 5º Materiais, ferramentas e equipamentos

I. A não ser quando especificado em contrário, os materiais a serem empregados nos serviços serão todos nacionais, novos, de fabricantes consagrados, sem imperfeições ou defeitos, de primeira qualidade (assim entendida a gradação de qualidade superior, quando existirem diferentes gradações de qualidade de um mesmo produto) e de acordo com as especificações da ABNT e da Gerência de Engenharia, sendo expressamente vedado o uso de material improvisado em substituição ao especificado, assim, como não se admitirá a adaptação de peças, seja por corte ou por outro processo, a fim de usá-las em substituição a peças recomendadas e de dimensões adequadas.

II. Serão admitidos materiais similares aos especificados, desde que suas condições de similaridade sejam previamente submetidas à FISCALIZAÇÃO e por ela aceitas. Quando não houver consenso em relação à similaridade dos materiais, a CONTRATADA poderá recorrer à certificação por meio de laudo técnico fornecido por entidade certificadora (universidades, laboratórios, etc.). O CONTRATANTE reserva-se o direito de, a qualquer momento, solicitar ensaios de comprovação de qualidade dos materiais empregados na obra, à custa da CONTRATADA.

III. Conservar na obra durante a execução dos serviços as amostras dos materiais aprovados pela FISCALIZAÇÃO, de forma a facilitar, a qualquer tempo, a verificação de sua correspondência com os materiais fornecidos e empregados, devendo, dessa forma, todos os lotes ou partidas de materiais utilizados serem confrontados com as respectivas amostras.

IV. Todos os custos referentes aos consumos de ferramentas leves e acessórios para execução de serviços, a exemplo de colheres, carrinhos, baldes, prumos e outros, estão contemplados no orçamento. Assim como os equipamentos de proteção individual (EPI), luvas, óculos, galochas de tamanhos e tipos variados, protetores auriculares e diversos. Os valores excedentes aos custos dimensionados serão ônus da CONTRATADA.

V. Todos os materiais a serem empregados na execução dos serviços em referência serão fornecidos pela CONTRATADA, que ficará responsável também pelo ferramental necessário à sua execução e limpeza final da obra.

VI. Os equipamentos, materiais e acessórios, em total conformidade com as especificações e projetos, deverão ser todos de primeiro uso, dentro dos prazos de validade, íntegros e de acordo com as normas vigentes.

VII. A FISCALIZAÇÃO examinará todos os materiais recebidos no canteiro da obra antes de sua utilização e poderá impugnar o emprego daqueles que, a seu juízo, forem julgados inadequados. Neste caso, em presença do responsável pela execução da obra, serão retiradas amostras para a realização de ensaios de caracterização das qualidades dos materiais à custa da CONTRATADA conforme inciso XIV do **Parágrafo Primeiro da presente Cláusula**.

a. Retirar do local da obra todos os materiais impugnados pela FISCALIZAÇÃO e, em caso de substituição de materiais, esta não poderá ser procedida sem a prévia autorização, por escrito, da FISCALIZAÇÃO.

VIII. Quando houver motivos ponderáveis para a substituição de um material especificado por outro, a CONTRATADA, em tempo hábil, apresentará por escrito à FISCALIZAÇÃO a proposta de substituição, instruindo-a com as razões determinantes do pedido e orçamento comparativo, sendo que sua aprovação só poderá efetivar-se quando a CONTRATADA:

a. Firmar declaração de que a substituição se fará sem ônus para o CONTRATANTE;

b. Apresentar provas de equivalência técnica do produto proposto em substituição ao especificado, compreendendo, como peça fundamental, o laudo de exame comparativo dos materiais, efetuado por laboratório tecnológico idôneo, a critério do CONTRATANTE.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

IX. A CONTRATADA deverá armazenar os materiais e equipamentos de forma que eles não obstruam a abertura de portas e saídas de emergência, o acesso de equipamentos de prevenção e combate a incêndio e a circulação de outros materiais, além de não prejudicarem o trânsito de pessoas.

X. Todos os materiais deverão ser mantidos afastados do contato direto com o solo, cortes de terreno ou paredes de alvenaria, mesmo quando fornecidos em embalagens. Os locais de armazenamento deverão ser especialmente preparados pela CONTRATADA e previamente designados e/ou aprovados pelo CONTRATANTE, além de mantidos constantemente limpos, em perfeita e permanente arrumação.

XI. Os agregados utilizados na fabricação de concretos e argamassas deverão ser armazenados em montes ou pilhas, separados (conforme a espécie, tipo, qualidade ou outro fator de diferenciação) por compartimentos ou a distância suficiente para impedir a ação da natureza e/ou erosão e a mistura entre eles. Todos os locais de depósitos deverão ser abrigados contra raios solares diretos, chuvas e vento. Deverá ser dedicado, por parte da CONTRATADA, especial cuidado ao armazenamento de produtos voláteis ou facilmente inflamáveis, os quais deverão ser resguardados do calor intenso, fagulhas, brasas e chamas, bem como afastados das outras dependências da obra.

XII. Todos os equipamentos e ferramentas necessários para a execução dos serviços do tipo betoneira, guinchos, andaimes de fachada, torres e barotamento para escoramentos, vibradores, e qualquer outro que se fizer necessário deverão ser fornecidos e operados por profissionais qualificados e habilitados, não será motivo de solicitação de termo aditivo caso o equipamento não esteja relacionado em planilha, a CONTRATADA deverá definir e determinar os equipamentos que se farão necessários na execução da totalidade das obras.

XIII. Os materiais fornecidos deverão ser de um único fabricante de modo a garantir as características de desempenho de cada sistema (lógica, climatização, alarme, elétrico, etc.) e a empresa instaladora deverá ser habilitada pelo fabricante.

XIV. Soluções a serem adotadas para o suprimento de materiais:

a. Apresentar relação dos principais materiais e cronograma de abastecimento de material, compatível com os demais cronogramas.

b. Considerar um prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes da encomenda da compra dos materiais passíveis de aprovação pela FISCALIZAÇÃO, de forma a atender o cronograma pactuado entre as partes.

§ 6º Serviços Técnicos

I. Projeto de gestão de resíduos

a. A CONTRATADA deverá elaborar e implementar, nessa obra, o Plano de Gestão de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), conforme o disposto na Resolução CONAMA 307 de 5 de julho de 2002 e alterações posteriores.

b. A CONTRATADA deverá viabilizar a coleta seletiva de resíduos no canteiro de obra, ação que envolve o desenvolvimento do PGRCC específico para a obra, além da conscientização e sensibilização da mão de obra e introdução de rotinas de segregação/armazenamento de resíduos e a organização dos seus fluxos.

c. O PGRCC deve ser elaborado por um profissional ou equipe técnica devidamente habilitada.

d. O PGRCC deverá ser entregue à FISCALIZAÇÃO para anuência antes da realização da primeira medição.

e. A constatação por parte da FISCALIZAÇÃO do não cumprimento do PGRCC implicará em penalidades para a CONTRATADA.

f. Caso a CONTRATADA seja dispensada de elaborar o PGRCC, deverá apresentar declaração do Município de sua não exigência, bem como comprovação do destino ambientalmente adequado do resíduo gerado, por meio de declaração do local licenciado para receber o material, contrato com empresa particular de coleta cadastrada pelo município e/ou Manifesto de Transporte de Resíduo – MTR – assinado pelo transportador e pelo destino final licenciados.

§ 7º Mão de obra/Assistência Técnica, a CONTRATADA deverá ter entre suas obrigações o seguinte:



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

I. Fornecer toda a mão de obra necessária à execução dos serviços, com experiência, devidamente capacitada, regularizada com suas carteiras trabalhistas (CTPS), identificada com crachás, uniformizada e equipada (botina, calça comprida, blusa, capacete e demais equipamentos necessários, conforme a NR-6 da Secretaria do Trabalho).

a. Utilizar profissionais habilitados, qualificados e treinados para cada tipo de tarefa, sob a sua supervisão direta.

b. Não será permitido o uso de sandálias ou de outros tipos inadequados de calçados pelos empregados da CONTRATADA.

II. Identificar o pessoal na obra, de acordo com sua função, pela cor do capacete. O capacete branco será utilizado apenas pelos Engenheiros e Arquitetos e os demais ficarão a critério da CONTRATADA.

III. Requerer dos fabricantes de materiais, bem como de montadores ou instaladores especializados descritos na fase de habilitação técnica, a prestação de ininterrupta assistência técnica durante o desenvolvimento dos trabalhos realizados e até a sua conclusão.

IV. Coordenar e dirigir toda a sua mão de obra, inclusive a mão de obra da execução e da assistência técnica de empresas parceiras que sejam requeridas para trabalhos especializados específicos, sendo sempre de sua total responsabilidade técnica e operacional por quaisquer desses serviços.

V. Responder, integral e exclusivamente, pela idoneidade e comportamento de seus empregados, subordinados e eventuais empresas parceiras, assim como, evidentemente, por todos os serviços em tela, afastando sempre que exigido pela FISCALIZAÇÃO, de forma incontinenta, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento seja inconveniente ou insatisfatório ao bom atendimento e ao interesse do serviço público.

VI. Manter com o encarregado ou o responsável técnico uma relação atualizada com nome completo e identidade de todo o pessoal presente no local da obra.

a. Apresentar uma comprovação de que todos os profissionais alocados para prestação dos serviços estarão regularmente contratados de acordo com o que estabelece a legislação trabalhista.

b. Fornecer toda a mão de obra necessária à execução completa do objeto deste Termo de Contrato, com os respectivos encargos sociais e incluindo orientação e direção técnica de todos os serviços.

c. Em conformidade com a Resolução n. 114 do CNJ, de 20.4.2010, a CONTRATADA está obrigada a contratar egressos do sistema carcerário e de cumpridores de medidas e penas alternativas em percentual não inferior a 2%.

§ 8º Medidas de segurança

I. A execução do serviço deverá ser realizada com a adoção de todas as medidas relativas à proteção dos trabalhadores e de pessoas ligadas às atividades da CONTRATADA, observadas as leis em vigor; deverão ser observados os requisitos de segurança com relação às redes elétricas, máquinas, andaimes e guinchos, presença de chamas e metais aquecidos, uso e guarda de ferramentas e aproximação de pedestres.

II. Compete à CONTRATADA tomar as providências para a colocação, às expensas próprias, de placas e sinais luminosos de advertência ou orientação durante o dia e à noite.

III. A CONTRATADA deverá prever, instalar e manter cercas, barreiras, tapumes ou outra forma de sinalização, indicando a terceiros as condições perigosas resultantes dos trabalhos, a fim de prevenir danos pessoais ou materiais.

IV. A FISCALIZAÇÃO poderá exigir da CONTRATADA a colocação de sinais, correntes ou outros, que julgar necessários para a segurança de veículos e pedestres.

V. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado (Art. 70 da Lei n. 8.666/1993).

VI. A CONTRATADA manterá Seguro de Acidentes do Trabalhador para todos os seus empregados que exerçam atividades no canteiro de obra e responderá, nos termos da legislação vigente, por qualquer acidente ocorrido com o pessoal, material, instalações e equipamentos sob a sua responsabilidade, bem como de terceiros, durante a execução dos serviços.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

VII. A CONTRATADA deverá fornecer aos funcionários todos os equipamentos de proteção individual exigidos pela NR6 - Equipamentos de Proteção Individual (EPI), tais como: capacetes e óculos especiais de segurança, protetores faciais, luvas e mangas de proteção, botas de borracha e cintos de segurança, ou quaisquer outros necessários, dependendo da atividade que se realize.

VIII. Os EPIs básicos para todos os operários serão a botina de couro e o capacete. Será terminantemente proibida a permanência de qualquer operário descalço, usando chinelos ou sapatos abertos.

IX. O fornecimento, manutenção e reposição dos EPIs são de obrigação da CONTRATADA e serão fornecidos aos operários sem ônus adicional ao CONTRATANTE.

X. Além da proteção individual, a CONTRATADA deverá oferecer, na execução de quaisquer que sejam os trabalhos, a plena proteção coletiva contra riscos de acidentes ao seu pessoal e a terceiros, independentemente da transferência do custo dos riscos a companhias ou institutos seguradores, que caso a efetue, não implicará ônus para o CONTRATANTE.

XI. Os empregados da CONTRATADA deverão ter conhecimentos básicos sobre prevenção e combate a incêndios.

XII. A FISCALIZAÇÃO realizará inspeções periódicas no canteiro, a fim de verificar o cumprimento das medidas de segurança adotadas nos trabalhos, o estado de conservação dos equipamentos de proteção individual e dos dispositivos de proteção de máquinas e ferramentas, que ofereçam riscos aos trabalhadores, bem como a observância das demais condições estabelecidas pelas normas de segurança e saúde no trabalho.

XIII. A CONTRATADA manterá no canteiro equipamentos de proteção contra incêndio e brigada de combate a incêndio, na forma das disposições em vigor.

XIV. A CONTRATADA deverá manter no canteiro medicamentos básicos e pessoas orientadas para os primeiros socorros nos acidentes que possam ocorrer durante a execução dos trabalhos, obedecendo ao disposto nas "Normas de Segurança de Trabalho nas Atividades da Construção Civil", em especial a NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.

XV. A CONTRATADA deverá obedecer as Normas Regulamentadoras (NRs) expedidas pelos órgãos governamentais competentes e as Normas Brasileiras (NBRs) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que tratam da Segurança e Medicina do Trabalho.

XVI. A NR-10 estabelece os requisitos e condições mínimas objetivando a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade.

XVII. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente à FISCALIZAÇÃO, às autoridades e aos órgãos competentes, de maneira mais detalhada possível, os casos de acidentes, fatais ou não, que eventualmente ocorram durante a execução dos serviços, inclusive princípios de incêndio, quedas de materiais ou acidentes com veículos, etc.

XVIII. Não poderão ser usados na execução de serviços, ferramentas ou sistemas de quaisquer tipos que exijam carga explosiva.

XIX. Deverão ser protegidos:

- a. Os serviços adjacentes já realizados ou em execução;
- b. Os serviços a serem realizados, de acordo com a respectiva especificação;
- c. Áreas e obras vizinhas.

Cláusula Quatorze – Da Regulamentação

Para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá observar a todo instante as normas vigentes da ABNT e especialmente as disposições particulares estabelecidas neste Termo de Contrato, além das instruções que venha a receber do CONTRATANTE em cada caso específico.

§ 1º Devem ser seguidas as Normas e determinações abaixo, nas suas últimas revisões em vigor, bem como a Legislação ou Norma Técnica aplicável que venha a entrar em vigor depois da assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, quando não houver repercussão financeira. Quando houver, a CONTRATADA deverá demonstrar através de planilhas e solicitar ajustes financeiros ao mesmo. Segue relação:



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- I. Normas e especificações constantes deste Contrato;
- II. Normas da ABNT;
- III. Prescrições e recomendações dos fabricantes;
- IV. Normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- V. Normas regulamentadoras da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia;
- VI. Códigos e posturas dos órgãos oficiais competentes que jurisdicionem a localidade onde será executada a obra referente a cada projeto;
- VII. Manual de Obras Públicas - Edificações - Práticas da SEAP (Secretaria de Estado da Administração e Patrimônio) – Projeto, construção e manutenção.

Cláusula Quinze – Das Vedações.

É vedada à CONTRATADA qualquer uma das hipóteses previstas nos Parágrafos a seguir.

§ 1º Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira.

§ 2º Transferir ou ceder direitos ou obrigações deste contrato, salvo com autorização expressa do CONTRATANTE, concedida após análise e aprovação da documentação exigida.

§ 3º Interromper a execução dos serviços/atividades sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

§ 4º A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a vigência do contrato.

§ 5º É vedada a CONTRATADA ter em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, em atenção à Resolução do CNJ n. 7/2005, alterada pela Resolução n. 229/2016.

I. A vedação se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

II. A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

§ 6º Em função do art. 4º da Resolução n. 156/2012 do CNJ, é vedada a manutenção, o aditamento ou a prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º daquela, devendo tal condição constar expressamente dos editais de licitação.

§ 7º A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE.

Cláusula Dezesseis – Do Recebimento e Aceitação do Serviço

Os serviços somente serão recebidos pelo CONTRATANTE após o atendimento de todas as condições estabelecidas neste Termo de Contrato, documentos, projetos e orçamento dele integrante, desde que atingido o fim que se destinam, com eficácia e qualidade requerida.

§ 1º O Recebimento dos serviços executados pela CONTRATADA será efetivado em duas etapas sucessivas:

I. Recebimento Provisório;

II. Recebimento Definitivo.

§ 2º A CONTRATADA deverá solicitar à Gerência de Engenharia, por comunicação escrita e com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do término do prazo de execução dos serviços, a vistoria da obra pela FISCALIZAÇÃO para verificação dos serviços executados com fins de



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

recebimento provisório, o qual deverá coincidir com o prazo estipulado no **caput da Cláusula Quarta (Da Vigência e do Prazo de Execução dos Serviços)**.

I. A FISCALIZAÇÃO poderá recusar o recebimento provisório da obra, caso haja não conformidades significativas quanto às especificações.

II. Nos casos que não impeçam o recebimento provisório, as não conformidades serão relacionadas em documento anexo ao termo circunstanciado e deverão estar corrigidas até o recebimento definitivo.

§ 3º O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo.

§ 4º O CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços e obras executadas por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra com a finalidade de verificar a adequação dos serviços, constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

§ 5º Após tal inspeção, será lavrado o Termo de Recebimento Provisório, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela FISCALIZAÇÃO, relatando as eventuais pendências verificadas, em até 15 (quinze) dias.

§ 6º A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à FISCALIZAÇÃO não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

§ 7º O Termo de Recebimento Definitivo das obras e/ou serviços contratados será lavrado, pela comissão técnica de recebimento definida pela Gerência de Engenharia, em até 60 (sessenta) dias corridos após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da FISCALIZAÇÃO quanto às pendências observadas e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato.

I. Na etapa de recebimento definitivo dos serviços, a CONTRATADA deverá entregar ao CONTRATANTE:

a. Toda a documentação dos materiais e equipamentos aplicados na obra;

b. Termo de Garantia, conforme Parágrafo Terceiro da Cláusula Dezessete (Da Garantia da Obra).

§ 8º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato (Art. 73, § 2º, da Lei n. 8.666/1993).

§ 9º Havendo discrepâncias, incompatibilidades com memoriais e projetos ou performances dos equipamentos abaixo das especificadas, será aberto prazo de 5 (cinco) dias úteis para correções e complementações consideradas necessárias para a realização de nova tentativa de recebimento. Caso seja impossível o cumprimento do prazo citado, a CONTRATADA deverá apresentar, formalmente, justificativa fundamentada que será analisada pela Gerência de Engenharia.

§ 10 No tempo do Contrato estão incluídos os tempos para recebimento, inclusive aqueles necessários para eventuais correções, caso haja discrepâncias ou incompatibilidades, sob pena de aplicação de sanções cabíveis.

§ 11 A obra só se dará por concluída após o término de todas as etapas especificadas, retirada dos entulhos e completa limpeza de todas as áreas trabalhadas. Os detritos resultantes das operações de transporte ao longo de qualquer via pública deverão ser removidos imediatamente pela CONTRATADA, sob suas expensas.

Cláusula Dezessete – Da Garantia da Obra

Durante 5 (cinco) anos após o Recebimento Definitivo dos serviços e obras, a CONTRATADA responderá por sua qualidade e segurança nos termos do Artigo 618 do Código Civil Brasileiro,



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

devendo efetuar a reparação de quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições que se apresentem nesse período, independentemente de qualquer pagamento do CONTRATANTE.

§ 1º A CONTRATADA deverá apresentar o certificado de qualidade de acordo com as normas da ABNT e os padrões técnicos dos materiais, bem como para os equipamentos eletromecânicos e eletro-eletrônicos.

§ 2º Será considerado como data base para contagem do período de garantia, tanto da obra bem como dos equipamentos nela instalados, a data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, emitido pela comissão técnica de recebimento.

§ 3º A CONTRATADA deverá apresentar após a conclusão dos serviços, o Termo de Garantia, com prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data do recebimento definitivo, de todos os materiais fornecidos e dos serviços executados, conforme legislação em vigor.

Cláusula Dezoito – Das Sanções Administrativas

Durante a execução do contrato por falha, inexecução total ou parcial dos serviços contratados, pela execução desses serviços em desacordo com o estabelecido no Ato Convocatório e seus Anexos e/ou pelo descumprimento das obrigações assumidas, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa e observada gravidade da ocorrência, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- ✓ ADVERTÊNCIA;
- ✓ MULTA;
- ✓ SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- ✓ DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública.

§ 1º As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA de forma distinta ou cumulativa.

§ 2º Advertência:

I. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, e nas situações que ameacem a qualidade do produto ou serviço, ou a integridade patrimonial ou humana.

II. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da FISCALIZAÇÃO, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

§ 3º Multas:

I. Poderá ser aplicada multa nas seguintes condições:

a. 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor global da proposta por infração a qualquer das cláusulas ou condições do Contrato, elevado para 0,5% (cinco décimos por cento), em caso de reincidência, a critério da FISCALIZAÇÃO;

b. 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor global da proposta por dia de atraso para o início da execução dos serviços;

c. 0,3% (três décimos por cento) sobre o saldo contratual da execução dos serviços relativos a(s) etapa(s), por dia de não cumprimento, injustificado, do prazo para término da execução da(s) etapa(s) em atraso;

d. 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do saldo contratual da execução dos serviços, por dia de não cumprimento, injustificado, do prazo para término da execução dos serviços, até 30 (trinta) dias;

e. De 10% (dez por cento) sobre o valor global da proposta pela recusa da adjudicatária em assinar o contrato de execução de obra;

f. De 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo contratual da execução dos serviços, por não cumprimento, injustificado, do prazo para término da execução dos serviços, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

g. De 10% (dez por cento) sobre o valor global da proposta, no caso de rescisão unilateral por falta cometida pela CONTRATADA.

II. O valor da multa aplicada, esgotado o prazo recursal, será deduzido da Garantia Contratual que houver sido prestada.

III. Caso a Garantia Contratual seja insuficiente para o pagamento da multa, o saldo devedor será deduzido em qualquer fatura de crédito que a CONTRATADA mantenha junto à CONTRATANTE.

§ 4º Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração.

I. A suspensão do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração poderão ser aplicadas à CONTRATADA se, por culpa ou dolo, prejudicar ou tentar prejudicar a execução do Contrato, nos seguintes prazos e situações:

a - Por até 6 (seis) meses:
Execução insatisfatória do objeto contratado, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência ou multa.
b - Por até 2 (dois) anos:
Prestação do serviço em desacordo com as solicitações do CONTRATANTE, não efetuando sua correção após solicitação do mesmo.
Cometimento de quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo ao CONTRATANTE, ensejando a rescisão da avença por culpa da CONTRATADA.
Ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei n. 8.666/1993, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do CONTRATANTE após o recebimento da Ordem de Serviço.
III - Por até 5 (cinco) anos:
Convocação dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, inclusive nas hipóteses previstas no parágrafo único do art. 40 e no art. 41 desta Lei Nº 12.462/2011.
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso.
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
Não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado.
Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato.
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§ 5º Declaração de Inidoneidade

I. A declaração de inidoneidade será aplicada quando constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do CONTRATANTE, atuação com interesses escusos, reincidência em faltas que acarretem prejuízo ao CONTRATANTE ou aplicações anteriores de sucessivas outras sanções, implicando proibição da CONTRATADA de transacionar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, podendo ser aplicada, dentre outros casos, quando:

a. Tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b. Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

c. Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o CONTRATANTE, em virtude de atos ilícitos praticados;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

d. Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto, sem consentimento prévio do CONTRATANTE;

e. Cometer ato capitulado como crime pela Lei n. 8.666/1993, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do TJCE após a assinatura do contrato;

f. Apresentar ao TJCE qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação.

II. A sanção estabelecida neste parágrafo é de competência exclusiva do Presidente do TJCE, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

§ 6º Os recursos previstos no Art. 45, inciso II, da Lei nº 12.842/2011 deverão ser obrigatoriamente apresentados, em seu estado original, devidamente protocolados no TJCE, observado o prazo recursal, visando a instruir o respectivo processo licitatório.

Cláusula Dezenove – Da Rescisão

A inexecução total ou parcial deste termo de contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

§ 1º Sem prejuízo de outras sanções, constituem motivos para rescisão do Contrato pelo CONTRATANTE:

I. Atraso superior a 30 dias para entrega da garantia contratual.

II. O não cumprimento das condições técnicas constantes das especificações e dos projetos.

III. A lentidão na execução dos serviços, que leve o CONTRATANTE a presumir sua não conclusão no prazo contratual.

IV. O atraso injustificado no início dos serviços.

V. A paralisação injustificada dos serviços.

VI. A subcontratação, ainda que parcial, e no que for permitido, dos serviços conforme Cláusula Vinte (Da Subcontratação), sem a prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.

VII. A cessão ou transferência do objeto contratado.

VIII. O desatendimento às determinações da FISCALIZAÇÃO designada para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

IX. O cometimento reiterado de faltas na execução dos serviços, anotadas na forma do §1º do art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

X. A decretação de falência.

XI. A dissolução da sociedade.

XII. A alteração societária que modifique a finalidade ou a estrutura da CONTRATADA que, a juízo do CONTRATANTE, inviabilize ou prejudique a execução do Contrato.

XIII. A prática de qualquer ato que vise fraudar ou burlar o fisco ou órgão/entidade arrecadador/credor dos encargos sociais e trabalhistas ou de tributos.

XIV. Quebra de sigilo sobre as informações e documentos recebidos do CONTRATANTE para a execução dos serviços contratados, bem como sobre os desenvolvidos pela CONTRATADA.

XV. Razões de interesse público.

XVI. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada, impeditiva da execução do objeto contratado.

§ 2º Constituem motivos para rescisão do Contrato pela CONTRATADA:

I. A supressão de serviços, por parte do CONTRATANTE, sem a anuência da CONTRATADA, acarretando modificações do valor inicial do Contrato, além do limite permitido em lei;

II. A suspensão de sua execução por ordem escrita do CONTRATANTE por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

III. O atraso superior a 90 (noventa) dias nos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE relativos aos serviços já recebidos e faturados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

IV. A ocorrência de caso fortuito externo ou de força maior regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto contratado.

§ 3º Nos casos relacionados nos incisos I e II do Parágrafo Segundo desta Cláusula, a CONTRATADA será ressarcida dos prejuízos até então sofridos, desde que regularmente comprovados, ainda tendo direito a:

I. Devolução da garantia prestada;

II. Recebimento dos serviços que executou, desde que aceitos, até a data da rescisão do Contrato, porventura ainda não pagos.

§ 4º A rescisão do termo de contrato, efetivada pelo CONTRATANTE, com base no ajuste constante nos incisos I a XIV do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste contrato e na lei:

I. Assunção imediata, pelo CONTRATANTE, dos serviços objeto do termo de contrato, no estado e no local em que se encontram, por ato próprio seu;

II. Ocupação e utilização, pelo CONTRATANTE, com autorização prévia e expressa do presidente do TJCE, do local, instalações, equipamentos, materiais e pessoal empregado na execução dos serviços, indispensáveis a sua continuidade, os quais serão devolvidos ou ressarcidos posteriormente à CONTRATADA, mediante avaliação prévia;

III. Execução, imediata, da garantia contratual, que houver sido prestada, para se ressarcir de danos, inclusive multas aplicadas;

IV. Retenção dos créditos decorrentes do objeto deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados pela CONTRATADA;

V. Suspensão e/ou declaração de inidoneidade da CONTRATADA para contratar e licitar com o CONTRATANTE e/ou Administração Pública, conforme art. 87 da Lei nº 8.666/93.

§ 5º A rescisão do termo de contrato, seja decretada pelo CONTRATANTE ou pela CONTRATADA, não impedirá que o CONTRATANTE dê continuidade à execução dos serviços, mediante contratação de terceiros.

§ 6º A rescisão fundamentada por razões de interesse público ou a ocorrência de caso fortuito ou de força maior dará à CONTRATADA o direito a liberação da garantia contratual e ao recebimento do(s) valor(es) pertinente(s) aos serviços executados e aceitos.

Cláusula Vinte – Da Subcontratação

A subcontratação total do objeto deste termo de contrato é vedada.

§ 1º Será admitida a subcontratação parcial, com autorização prévia da FISCALIZAÇÃO, exclusivamente para os serviços relacionados abaixo, devendo a empresa indicada pela CONTRATADA, antes do início da realização dos serviços, apresentar comprovante de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e prova de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos previstos no Edital e no Projeto Básico,

- a. Testes, certificações e controle tecnológico;
- b. Impermeabilização;
- c. Esquadrias e ferragens;
- d. Sinalização.

§ 2º A subcontratação depende de autorização prévia do CONTRATANTE. Além disso, a subcontratada deverá cumprir os requisitos de regularidade fiscal e trabalhista.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Cláusula Vinte e Um – Das Discrepâncias e Interpretações

Os serviços e obras serão realizados com rigorosa observância aos desenhos do projeto e respectivos detalhes, bem como estrita obediência às prescrições e exigências contidas neste termo de contrato.

§ 1º Todas as imperfeições verificadas nos serviços vistoriados, bem como discrepâncias em relação aos desenhos e especificações, deverão ser corrigidas antes do prosseguimento dos trabalhos. Para efeito de interpretação de divergências entre os documentos contratuais, fica estabelecido o seguinte:

I. Em caso de divergência entre as cotas do desenho e suas dimensões medidas em escala, prevalecerão sempre as primeiras;

II. Em caso de dúvidas quanto à interpretação dos projetos e/ou das especificações, a Gerência de Engenharia do TJCE deverá ser consultada, conforme **Parágrafo Segundo, inciso XIV, alínea "b" da Cláusula Terceira;**

III. As normas da ABNT prevalecem sobre quaisquer especificações aqui citadas ou demais adotadas durante a execução;

IV. Todos os detalhes e serviços constantes nos desenhos do Projeto e não mencionados neste termo de contrato serão interpretados como partes integrantes do objeto.

§ 2º Em caso de divergências entre o Orçamento e o Projeto, a CONTRATADA terá que notificar, por escrito, a FISCALIZAÇÃO, para que esta decida sempre da maneira mais favorável para o CONTRATANTE.

Cláusula Vinte e Dois – Da Legislação Aplicável

Este termo de contrato rege-se pela Lei n. 8.666/1993, alterada pelas Leis n. 9.648/1998, n. 9.854/1999 e demais leis federais correlatas, decretos, medidas provisórias, bem como pelos preceitos de Direito Público, regulamentos, instruções normativas e ordens de serviços emanados de órgãos públicos, aplicando-se, supletivamente, nos casos omissos, os princípios gerais dos contratos e demais disposições de Direito Privado.

Cláusula Vinte e Três – Da Publicação

Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no prazo previsto na Lei n. 8.666/1993.

Cláusula Vinte e Quatro – Das Prescrições Gerais

O Gestor e Fiscal do Contrato será o Gerente da Gerência de Engenharia do TJCE ou profissional por ele designado formalmente, devidamente oficializado por meio de publicação no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça (DJe).

§ 1º O(s) Ordenador(es) de Despesas será(ão) o Presidente do TJCE, conjuntamente com o Secretário de Administração e Infraestrutura do TJCE, que correspondem a toda e qualquer autoridade administrativa de cujos atos resultarem em emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio, ou Autoridade por ele designado, em atendimento à Portaria N. 320/2021, datada de 17 de fevereiro de 2021, que trata de delegação de competências administrativas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

§ 2º As eventuais dúvidas acerca do teor das especificações do Projeto Básico deverão ser encaminhadas formalmente ao seguinte endereço: Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – Gerência de Engenharia – (GE) - Avenida General Afonso Albuquerque Lima, s/n - Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Bairro Cambéba – CEP 60.822-325 - Fortaleza, CE.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Cláusula Vinte e Cinco – Do Foro

Fica eleito o foro de Fortaleza (CE), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Contrato, caso não possam ser resolvidos por via administrativa, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Parágrafo Único - E, por estarem justos e acertados, firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunha(s) que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça.

Fortaleza/CE, 23 de março de 2021.

MARIA NAILDE PINHEIRO
NOGUEIRA:11943670382

Assinado de forma digital por
MARIA NAILDE PINHEIRO
NOGUEIRA:11943670382
Dados: 2021.03.26 18:02:33 -03'00'

Maria Nailde Pinheiro Nogueira

DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Pedro Ítalo Sampaio Girão

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA DO TJCE

Francisco Holanda Sampaio

REPRESENTANTE DA EMPRESA FHS CONSTRUTORA EIRELI- EPP.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO I DO CONTRATO

FICHA DE DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Dados pessoais do(s) representante(s) e/ou procurador(es), devidamente habilitados, do futuro FORNECEDOR, indicado(s) para assinatura do Contrato:

NOME	:	Francisco Holanda Sampaio
NACIONALIDADE	:	Brasileiro
ESTADO CIVIL	:	
PROFISSÃO	:	Representante Legal
RG	:	██████████
CPF	:	██████████
DOMICÍLIO	:	Rua João Leopoldo, nº 631
CIDADE	:	Fortaleza
UF	:	CE
FONE	:	85 3275-6589
CELULAR	:	
E-MAIL	:	licitacao@henatelengenharia.com



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO II DO CONTRATO
ORÇAMENTO SINTÉTICO E ANALÍTICO

*Orçamento Analítico: composições dos serviços (págs. 2095 à 2277) do P.A. n. 8509408-76.2020.8.06.0000 digital)

REFERÊNCIA	CÓDIGO	SERVIÇOS	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01.000001	0101	TRABALHO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS, PNEUS, PINTURA, ETC. - 1M	802,00	123	6,52	5.229,16
01.000002	0102	RELAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	100,00	123	7,00	700,00
01.000003	0103	RELAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	22,400	123	31,25	700,00
01.000004	0104	RELAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	10,000	123	1,00	10,00
01.000005	0105	RELAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	10,000	123	4,00	40,00
					Total do Grupo	6.679,16
					Total do Edital	66.955,55

INDICAÇÕES

REFERÊNCIA	CÓDIGO	SERVIÇOS	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01.000001	0101	RELAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS, PNEUS, PINTURA, ETC. - 1M	4,000	123	214,75	859,00
01.000002	0102	RELAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	11,700	123	110,26	1.289,97
01.000003	0103	RELAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	81,300	123	20,10	1.636,30
01.000004	0104	RELAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	20,000	123	6,98	139,60
01.000005	0105	RELAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	100,000	123	8,77	877,00
01.000006	0106	RELAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	500,000	123	8,15	4.075,00
01.000007	0107	RELAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	22,400	123	2,17	486,08
01.000008	0108	RELAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	10,000	123	5,91	59,10
01.000009	0109	RELAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	22,700	123	162,08	3.679,36
01.000010	0110	RELAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	22,000	123	101,08	2.223,76
01.000011	0111	RELAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	22,000	123	152,35	3.351,70
01.000012	0112	RELAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	10,000	123	10,00	100,00
01.000013	0113	RELAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	10,000	123	22,70	227,00
01.000014	0114	RELAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	5,000	123	110,00	550,00
01.000015	0115	RELAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	5,000	123	41,00	205,00
					Total do Grupo	31.051,16
					Total do Edital	98.006,71

ESPECIFICAÇÃO

REFERÊNCIA	CÓDIGO	SERVIÇOS	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01.000001	0101	RELAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS, PNEUS, PINTURA, ETC. - 1M	102,500	123	8,91	913,28
01.000002	0102	RELAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	5,000	123	8,72	43,60
01.000003	0103	RELAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	104,500	123	4,00	418,00
01.000004	0104	RELAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	200,000	123	6,00	1.200,00
01.000005	0105	RELAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	100,000	123	5,00	500,00
01.000006	0106	RELAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	20,000	123	6,20	124,00
01.000007	0107	RELAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	40,000	123	8,00	320,00

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ e PEDRO ITALO SAMPAIO GIRAO. Data da última assinatura: 05/04/2021 às 19:34:38. Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site <http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento> e informe o processo 8509408-76.2020.8.06.0000 e o código JV691T47.

MATERIAIS DE CONSUMO						
DESCRIÇÃO	CÓDIGO	SERVIÇOS	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	CUSTO PARCIAL
AMARRAÇÃO DE TUBO DE 1/2" DE DIÂMETRO INTERNA COM 100 CM DE COMPRIMENTO E 10 CM DE DIÂMETRO EXTERNO PARA TUBO DE 1/2" DE DIÂMETRO EXTERNO	97605		95,000	UN	8,99	854,05
AMARRAÇÃO DE TUBO DE 1/2" DE DIÂMETRO INTERNA COM 100 CM DE COMPRIMENTO E 10 CM DE DIÂMETRO EXTERNO PARA TUBO DE 1/2" DE DIÂMETRO EXTERNO	97606		220,910	UN	8,46	1.870,87
AMARRAÇÃO DE TUBO DE 1/2" DE DIÂMETRO INTERNA COM 100 CM DE COMPRIMENTO E 10 CM DE DIÂMETRO EXTERNO PARA TUBO DE 1/2" DE DIÂMETRO EXTERNO	97608		92,000	UN	6,59	605,65
AMARRAÇÃO DE TUBO DE 1/2" DE DIÂMETRO INTERNA COM 100 CM DE COMPRIMENTO E 10 CM DE DIÂMETRO EXTERNO PARA TUBO DE 1/2" DE DIÂMETRO EXTERNO	97622		100,000	UN	5,29	529,00
AMARRAÇÃO DE TUBO DE 1/2" DE DIÂMETRO INTERNA COM 100 CM DE COMPRIMENTO E 10 CM DE DIÂMETRO EXTERNO PARA TUBO DE 1/2" DE DIÂMETRO EXTERNO	97767		47,000	UN	9,37	440,49
AMARRAÇÃO DE TUBO DE 1/2" DE DIÂMETRO INTERNA COM 100 CM DE COMPRIMENTO E 10 CM DE DIÂMETRO EXTERNO PARA TUBO DE 1/2" DE DIÂMETRO EXTERNO	97840		100,000	UN	19,07	1.907,00
AMARRAÇÃO DE TUBO DE 1/2" DE DIÂMETRO INTERNA COM 100 CM DE COMPRIMENTO E 10 CM DE DIÂMETRO EXTERNO PARA TUBO DE 1/2" DE DIÂMETRO EXTERNO	97900		173,120	UN	19,75	3.418,77
AMARRAÇÃO DE TUBO DE 1/2" DE DIÂMETRO INTERNA COM 100 CM DE COMPRIMENTO E 10 CM DE DIÂMETRO EXTERNO PARA TUBO DE 1/2" DE DIÂMETRO EXTERNO	97913		100,000	UN	19,05	1.905,00
AMARRAÇÃO DE TUBO DE 1/2" DE DIÂMETRO INTERNA COM 100 CM DE COMPRIMENTO E 10 CM DE DIÂMETRO EXTERNO PARA TUBO DE 1/2" DE DIÂMETRO EXTERNO	97921		23,000	UN	101,01	2.323,23
AMARRAÇÃO DE TUBO DE 1/2" DE DIÂMETRO INTERNA COM 100 CM DE COMPRIMENTO E 10 CM DE DIÂMETRO EXTERNO PARA TUBO DE 1/2" DE DIÂMETRO EXTERNO	97923		23,000	UN	112,36	2.584,28
AMARRAÇÃO DE TUBO DE 1/2" DE DIÂMETRO INTERNA COM 100 CM DE COMPRIMENTO E 10 CM DE DIÂMETRO EXTERNO PARA TUBO DE 1/2" DE DIÂMETRO EXTERNO	97924		42,000	UN	91,04	3.823,68
AMARRAÇÃO DE TUBO DE 1/2" DE DIÂMETRO INTERNA COM 100 CM DE COMPRIMENTO E 10 CM DE DIÂMETRO EXTERNO PARA TUBO DE 1/2" DE DIÂMETRO EXTERNO	97925		111,000	UN	11,63	1.291,53
AMARRAÇÃO DE TUBO DE 1/2" DE DIÂMETRO INTERNA COM 100 CM DE COMPRIMENTO E 10 CM DE DIÂMETRO EXTERNO PARA TUBO DE 1/2" DE DIÂMETRO EXTERNO	97926		4,000	UN	116,01	464,04
AMARRAÇÃO DE TUBO DE 1/2" DE DIÂMETRO INTERNA COM 100 CM DE COMPRIMENTO E 10 CM DE DIÂMETRO EXTERNO PARA TUBO DE 1/2" DE DIÂMETRO EXTERNO	97927		2,000	UN	41,00	82,00
					Total do Grupo	41.593,50
					Total do Grupo	41.593,50
ALVENARIA						
DESCRIÇÃO	CÓDIGO	SERVIÇOS	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	CUSTO PARCIAL
ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA ESTRUTURA DE CONCRETO (PAREDES COM ABERTURAS) COM 10 CM DE ESPESURA DE PAREDES COM ABERTURAS	07001		104,000	M2	40,37	4.200,28
ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA ESTRUTURA DE CONCRETO (PAREDES COM ABERTURAS) COM 10 CM DE ESPESURA DE PAREDES COM ABERTURAS	07002		10,000	M2	16,56	165,60
ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA ESTRUTURA DE CONCRETO (PAREDES COM ABERTURAS) COM 10 CM DE ESPESURA DE PAREDES COM ABERTURAS	07003		40,500	M2	19,01	770,05
ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA ESTRUTURA DE CONCRETO (PAREDES COM ABERTURAS) COM 10 CM DE ESPESURA DE PAREDES COM ABERTURAS	07004		173,000	M2	62,07	10.748,01
ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA ESTRUTURA DE CONCRETO (PAREDES COM ABERTURAS) COM 10 CM DE ESPESURA DE PAREDES COM ABERTURAS	07005		56,000	M2	10,29	576,24
ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA ESTRUTURA DE CONCRETO (PAREDES COM ABERTURAS) COM 10 CM DE ESPESURA DE PAREDES COM ABERTURAS	07006		4,000	M2	112,52	450,08
ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA ESTRUTURA DE CONCRETO (PAREDES COM ABERTURAS) COM 10 CM DE ESPESURA DE PAREDES COM ABERTURAS	07007		40,500	M2	15,73	639,27
ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA ESTRUTURA DE CONCRETO (PAREDES COM ABERTURAS) COM 10 CM DE ESPESURA DE PAREDES COM ABERTURAS	07008		20,000	M2	12,07	241,40
ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA ESTRUTURA DE CONCRETO (PAREDES COM ABERTURAS) COM 10 CM DE ESPESURA DE PAREDES COM ABERTURAS	07009		3,000	M2	22,40	67,20
ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA ESTRUTURA DE CONCRETO (PAREDES COM ABERTURAS) COM 10 CM DE ESPESURA DE PAREDES COM ABERTURAS	07010		9,000	M2	26,31	236,79
ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA ESTRUTURA DE CONCRETO (PAREDES COM ABERTURAS) COM 10 CM DE ESPESURA DE PAREDES COM ABERTURAS	07011		3,000	M2	24,31	72,93
ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA ESTRUTURA DE CONCRETO (PAREDES COM ABERTURAS) COM 10 CM DE ESPESURA DE PAREDES COM ABERTURAS	07012		9,000	M2	26,36	237,24
					Total do Grupo	25.201,45
					Total do Grupo	25.201,45
CODIFERRA						
DESCRIÇÃO	CÓDIGO	SERVIÇOS	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	CUSTO PARCIAL
REVESTIMENTO COM REJANDE (LATA) REVESTIMENTO DE CIMENTO COM AREIA E ARGILA, REVESTIMENTO DE CIMENTO COM AREIA E ARGILA	21316		205,070	M2	171,28	35.100,72
REVESTIMENTO COM REJANDE (LATA) REVESTIMENTO DE CIMENTO COM AREIA E ARGILA, REVESTIMENTO DE CIMENTO COM AREIA E ARGILA	21314		10,000	M2	56,20	562,00

[Assinatura manuscrita]

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARA e PEDRO ITALO SAMPAIO GIRAO. Data da última assinatura: 05/04/2021 às 19:34:38. Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site <http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento> e informe o processo 8509408-76.2020.8.06.0000 e o código JV691T47.

RESUMO GERAL							
CODIGO	DESCRICAO	QUANTIDADE	UNID	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITARIO	
12.00.0001	0000	RELEVO EM BARRAS PVC, SERIE NORMAL, ESCUDO PREDIAL, DI 50 MM, BARRA LATERAL, FORNECEDOR INSTALADO EM RAMAS DE DESCARGA DE RAMAS DE ESCUDO SARRIÃO Nº. 12/2014	2,000	UN	4,51	9,02	
12.00.0006	0000	RELEVO EM BARRAS PVC, SERIE NORMAL, ESCUDO PREDIAL, DI 50 MM, BARRA LATERAL, FORNECEDOR INSTALADO EM RAMAS DE DESCARGA DE RAMAS DE ESCUDO SARRIÃO Nº. 12/2014	6,000	UN	4,63	27,78	
12.00.0011	0000	RELEVO EM BARRAS PVC, SERIE NORMAL, ESCUDO PREDIAL, DI 50 MM, BARRA LATERAL, FORNECEDOR INSTALADO EM RAMAS DE DESCARGA DE RAMAS DE ESCUDO SARRIÃO Nº. 12/2014	6,000	UN	4,14	24,84	
12.00.0014	0000	RELEVO EM BARRAS PVC, SERIE NORMAL, ESCUDO PREDIAL, DI 50 MM, BARRA LATERAL, FORNECEDOR INSTALADO EM RAMAS DE DESCARGA DE RAMAS DE ESCUDO SARRIÃO Nº. 12/2014	11,000	UN	0,94	10,34	
12.00.0019	0000	RELEVO EM BARRAS PVC, SERIE NORMAL, ESCUDO PREDIAL, DI 50 MM, BARRA LATERAL, FORNECEDOR INSTALADO EM RAMAS DE DESCARGA DE RAMAS DE ESCUDO SARRIÃO Nº. 12/2014	5,000	UN	15,50	77,50	
12.00.0001	0154	RELEVO EM BARRAS PVC, SERIE NORMAL, ESCUDO PREDIAL, DI 50 MM, BARRA LATERAL, FORNECEDOR INSTALADO EM RAMAS DE DESCARGA DE RAMAS DE ESCUDO SARRIÃO Nº. 12/2014	1,000	UN	46,10	46,10	
12.00.0001	0160	RELEVO EM BARRAS PVC, SERIE NORMAL, ESCUDO PREDIAL, DI 50 MM, BARRA LATERAL, FORNECEDOR INSTALADO EM RAMAS DE DESCARGA DE RAMAS DE ESCUDO SARRIÃO Nº. 12/2014	1,000	UN	5,00	5,00	
12.00.0002	0161	RELEVO EM BARRAS PVC, SERIE NORMAL, ESCUDO PREDIAL, DI 50 MM, BARRA LATERAL, FORNECEDOR INSTALADO EM RAMAS DE DESCARGA DE RAMAS DE ESCUDO SARRIÃO Nº. 12/2014	1,000	UN	7,00	7,00	
12.00.0003	0170	RELEVO EM BARRAS PVC, SERIE NORMAL, ESCUDO PREDIAL, DI 50 MM, BARRA LATERAL, FORNECEDOR INSTALADO EM RAMAS DE DESCARGA DE RAMAS DE ESCUDO SARRIÃO Nº. 12/2014	1,000	UN	8,04	8,04	
12.00.0004	0200	RELEVO EM BARRAS PVC, SERIE NORMAL, ESCUDO PREDIAL, DI 50 MM, BARRA LATERAL, FORNECEDOR INSTALADO EM RAMAS DE DESCARGA DE RAMAS DE ESCUDO SARRIÃO Nº. 12/2014	10,000	UN	16,36	163,60	
12.00.0005	0205	RELEVO EM BARRAS PVC, SERIE NORMAL, ESCUDO PREDIAL, DI 50 MM, BARRA LATERAL, FORNECEDOR INSTALADO EM RAMAS DE DESCARGA DE RAMAS DE ESCUDO SARRIÃO Nº. 12/2014	4,000	UN	11,76	47,04	
12.00.0006	0210	RELEVO EM BARRAS PVC, SERIE NORMAL, ESCUDO PREDIAL, DI 50 MM, BARRA LATERAL, FORNECEDOR INSTALADO EM RAMAS DE DESCARGA DE RAMAS DE ESCUDO SARRIÃO Nº. 12/2014	6,000	UN	60,41	362,46	
12.00.0007	0210	RELEVO EM BARRAS PVC, SERIE NORMAL, ESCUDO PREDIAL, DI 50 MM, BARRA LATERAL, FORNECEDOR INSTALADO EM RAMAS DE DESCARGA DE RAMAS DE ESCUDO SARRIÃO Nº. 12/2014	4,000	UN	5,21	20,84	
12.00.0008	0210	RELEVO EM BARRAS PVC, SERIE NORMAL, ESCUDO PREDIAL, DI 50 MM, BARRA LATERAL, FORNECEDOR INSTALADO EM RAMAS DE DESCARGA DE RAMAS DE ESCUDO SARRIÃO Nº. 12/2014	3,000	UN	12,22	36,66	
12.00.0009	0210	RELEVO EM BARRAS PVC, SERIE NORMAL, ESCUDO PREDIAL, DI 50 MM, BARRA LATERAL, FORNECEDOR INSTALADO EM RAMAS DE DESCARGA DE RAMAS DE ESCUDO SARRIÃO Nº. 12/2014	4,000	UN	10,20	40,80	
12.00.0010	0210	RELEVO EM BARRAS PVC, SERIE NORMAL, ESCUDO PREDIAL, DI 50 MM, BARRA LATERAL, FORNECEDOR INSTALADO EM RAMAS DE DESCARGA DE RAMAS DE ESCUDO SARRIÃO Nº. 12/2014	1,000	UN	13,00	13,00	
12.00.0011	0210	RELEVO EM BARRAS PVC, SERIE NORMAL, ESCUDO PREDIAL, DI 50 MM, BARRA LATERAL, FORNECEDOR INSTALADO EM RAMAS DE DESCARGA DE RAMAS DE ESCUDO SARRIÃO Nº. 12/2014	2,000	UN	63,75	127,50	
12.00.0012	0210	RELEVO EM BARRAS PVC, SERIE NORMAL, ESCUDO PREDIAL, DI 50 MM, BARRA LATERAL, FORNECEDOR INSTALADO EM RAMAS DE DESCARGA DE RAMAS DE ESCUDO SARRIÃO Nº. 12/2014	4,000	UN	6,10	24,40	
12.00.0013	0210	RELEVO EM BARRAS PVC, SERIE NORMAL, ESCUDO PREDIAL, DI 50 MM, BARRA LATERAL, FORNECEDOR INSTALADO EM RAMAS DE DESCARGA DE RAMAS DE ESCUDO SARRIÃO Nº. 12/2014	231,100	M	3,10	717,41	
12.00.0014	0210	RELEVO EM BARRAS PVC, SERIE NORMAL, ESCUDO PREDIAL, DI 50 MM, BARRA LATERAL, FORNECEDOR INSTALADO EM RAMAS DE DESCARGA DE RAMAS DE ESCUDO SARRIÃO Nº. 12/2014	4,000	M	6,81	27,24	
12.00.0015	0210	RELEVO EM BARRAS PVC, SERIE NORMAL, ESCUDO PREDIAL, DI 50 MM, BARRA LATERAL, FORNECEDOR INSTALADO EM RAMAS DE DESCARGA DE RAMAS DE ESCUDO SARRIÃO Nº. 12/2014	52,000	M	14,60	759,20	
12.00.0016	0210	RELEVO EM BARRAS PVC, SERIE NORMAL, ESCUDO PREDIAL, DI 50 MM, BARRA LATERAL, FORNECEDOR INSTALADO EM RAMAS DE DESCARGA DE RAMAS DE ESCUDO SARRIÃO Nº. 12/2014	6,400	M	15,22	97,41	
12.00.0017	0210	RELEVO EM BARRAS PVC, SERIE NORMAL, ESCUDO PREDIAL, DI 50 MM, BARRA LATERAL, FORNECEDOR INSTALADO EM RAMAS DE DESCARGA DE RAMAS DE ESCUDO SARRIÃO Nº. 12/2014	3,600	M	12,60	45,36	
12.00.0018	0210	RELEVO EM BARRAS PVC, SERIE NORMAL, ESCUDO PREDIAL, DI 50 MM, BARRA LATERAL, FORNECEDOR INSTALADO EM RAMAS DE DESCARGA DE RAMAS DE ESCUDO SARRIÃO Nº. 12/2014	20,400	M	16,64	339,50	
12.00.0019	0210	RELEVO EM BARRAS PVC, SERIE NORMAL, ESCUDO PREDIAL, DI 50 MM, BARRA LATERAL, FORNECEDOR INSTALADO EM RAMAS DE DESCARGA DE RAMAS DE ESCUDO SARRIÃO Nº. 12/2014	11,200	M	16,40	183,68	
12.00.0020	0210	RELEVO EM BARRAS PVC, SERIE NORMAL, ESCUDO PREDIAL, DI 50 MM, BARRA LATERAL, FORNECEDOR INSTALADO EM RAMAS DE DESCARGA DE RAMAS DE ESCUDO SARRIÃO Nº. 12/2014	2,000	UN	2.275,56	4.551,12	
					Total do Grupo	11.956,52	
					Total do Item	11.956,52	

RESUMO GERAL							
CODIGO	DESCRICAO	QUANTIDADE	UNID	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL	VALOR UNITARIO	
12.00.0001	0344	ESCRANAS PLASTICAS DE VIDRO EM TERRACOTINA, 600x 600	8,200	UN	11,75	96,35	
12.00.0002	0344	PLACAS DE VIDRO EM TERRACOTINA, 600x 600	6,000	UN	20,44	122,64	
12.00.0003	0353	EXTRUSAO DE PVC 450 - FORNECEDOR INSTALADO	6,000	UN	178,76	1.072,56	
12.00.0004	0353	EXTRUSAO DE PVC 450 - FORNECEDOR INSTALADO	5,000	UN	681,20	3.406,00	
12.00.0005	0375	RE DE ACO GALVANIZADO 2,1/2" - FORNECEDOR INSTALADO	5,000	UN	101,00	505,00	
12.00.0006	0410	LANÇONETE DE ACO 200x20x3 - FORNECEDOR INSTALADO	1,000	UN	190,00	190,00	
12.00.0007	0410	RE DE ACO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MEDIA, DI 20	4,500	M	46,82	210,69	
12.00.0008	0410	RE DE ACO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MEDIA, DI 20	42,000	M	50,00	2.100,00	
12.00.0009	0410	RE DE ACO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MEDIA, DI 20	17,000	UN	85,00	1.445,00	
12.00.0010	0410	RE DE ACO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MEDIA, DI 20	2,000	UN	157,00	314,00	
12.00.0011	0410	RE DE ACO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MEDIA, DI 20	1,000	UN	201,31	201,31	
12.00.0012	0410	RE DE ACO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MEDIA, DI 20	2,000	UN	1.600,00	3.200,00	
12.00.0013	0410	RE DE ACO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MEDIA, DI 20	1,000	UN	188,18	188,18	
12.00.0014	0410	RE DE ACO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MEDIA, DI 20	1,000	UN	97,00	97,00	
12.00.0015	0410	RE DE ACO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MEDIA, DI 20	2,000	UN	19,14	38,28	

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO CEARA e PEDRO ITALO SAMPAIO GIRAO. Data de última assinatura: 05/04/2021 às 19:34:38. Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site <http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento> e informe o processo 8509408-76.2020.8.06.0000 e o código JV691T47.

QUANTIDADE DE UNIDADES						
14.14						
14.14.0001	14111629	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	1.000	00	2.001,24	2.001,24
14.14.0002	14111621	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	0.750	312	94,17	94,00
14.14.0003	14111605	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	1.000	00	264,33	264,33
14.14.0004	14111657	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	4.000	00	10,29	41,36
14.14.0005	14111662	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	4.000	00	111,09	444,36
14.14.0006	14111653	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	14.000	00	0,20	00,00
14.14.0007	14111654	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	25.000	00	3,61	243,00
14.14.0008	14111655	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	4.000	00	0,01	00,00
14.14.0009	14111656	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	2.000	00	52,01	104,00
14.14.0010	14111658	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	14.000	00	143,62	1.723,11
14.14.0011	14111659	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	2.000	00	9,60	115,00
14.14.0012	14111660	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	16.000	00	12,62	2.019,00
14.14.0013	14111661	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	1.000	00	11,49	11,49
14.14.0014	14111663	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	4.000	00	16,35	23,40
					Total do Grupo	8.746,76
14.15						
14.15.0001	14111629	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	1.000	00	2.001,24	2.001,24
14.15.0002	14111621	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	0.750	312	94,17	94,00
14.15.0003	14111605	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	1.000	00	264,33	264,33
14.15.0004	14111657	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	4.000	00	10,29	41,36
14.15.0005	14111662	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	4.000	00	111,19	444,36
14.15.0006	14111653	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	14.000	00	0,22	00,00
14.15.0007	14111654	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	25.000	00	0,61	22,40
14.15.0008	14111655	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	4.000	00	0,10	00,00
14.15.0009	14111656	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	2.000	00	5,74	5,74
14.15.0010	14111658	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	14.000	00	52,01	104,00
14.15.0011	14111659	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	2.000	00	123,47	434,63
14.15.0012	14111660	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	2.000	00	5,20	115,70
14.15.0013	14111661	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	16.000	00	12,62	2.109,00
14.15.0014	14111663	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	1.000	00	11,49	11,49
14.15.0015	14111664	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	4.000	00	18,35	23,40
					Total do Grupo	10.274,00
14.16						
14.16.0001	14111655	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	1.000	00	41,49	115,40
14.16.0002	14111656	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	1.000	00	20,36	105,40
14.16.0003	14111657	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	0.160	312	94,17	15,07
14.16.0004	14111658	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	4.000	00	13,12	14,00
14.16.0005	14111659	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	4.000	00	111,19	444,36
14.16.0006	14111660	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	4.000	00	12,62	64,76
14.16.0007	14111661	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	3.000	00	12,62	63,10
14.16.0008	14111662	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	16.000	00	12,54	200,64
					Total do Grupo	1.229,00
14.17						
14.17.0001	14111655	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	1.000	00	40,41	40,41
14.17.0002	14111656	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	1.000	00	1.111,74	1.111,74
14.17.0003	14111657	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	2.000	00	52,26	114,52
14.17.0004	14111658	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	1.000	00	10,36	10,36
14.17.0005	14111659	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	4.000	00	10,29	41,36
14.17.0006	14111660	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	4.000	00	111,19	444,36
					Total do Grupo	2.242,93
14.18						
14.18.0001	14111655	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	1.000	00	40,41	40,41
14.18.0002	14111656	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	1.000	00	2.011,59	2.011,59
14.18.0003	14111657	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	1.000	00	25,09	25,09
14.18.0004	14111658	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	1.000	00	10,36	10,36
14.18.0005	14111659	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	4.000	00	10,29	41,36
14.18.0006	14111660	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	4.000	00	111,19	444,36
					Total do Grupo	2.654,61
14.19						
14.19.0001	14111655	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	1.000	00	2.422,41	2.422,41
14.19.0002	14111656	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	1.000	00	2.572,10	2.572,10
14.19.0003	14111657	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	2.000	00	00,00	1.329,20
14.19.0004	14111658	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	4.000	00	20,21	1.211,92
14.19.0005	14111659	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	4.000	00	1.805,43	3.610,86
14.19.0006	14111660	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	3.000	00	653,54	653,54
14.19.0007	14111661	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	6.000	00	205,77	1.218,62
14.19.0008	14111662	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	4.000	00	20,47	1.226,82
14.19.0009	14111663	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	1.000	00	50,01	50,01
14.19.0010	14111664	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	2.000	00	248,28	516,56
14.19.0011	14111665	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	12.000	00	0,02	1.172,61
14.19.0012	14111666	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	41.000	00	30,70	411,30
14.19.0013	14111667	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	2.000	00	66,79	603,11
14.19.0014	14111668	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	1.000	00	86,16	86,16
14.19.0015	14111669	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	6.000	00	21,86	131,16
14.19.0016	14111670	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	10.000	00	21,00	650,00
14.19.0017	14111671	QUANTIDADE DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES DE UNIDADES	0.000	00	61,71	503,01
					Total do Grupo	19.774,80

[Handwritten signature]

RESUMO GERAL							Total do Grupo	202.215,10
QUANTIDADE	REFERENCIA	CODIGO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR PARCIAL	
15.01								
15.01.0001								
15.01.0001	0001		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	2,500	M	67,00	167,50	
15.01.0002	0002		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 3/4" DE ALUMINIO, 1000CM	8,500	M	52,00	442,00	
15.01.0003	0003		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	17,000	M	45,00	765,00	
15.01.0004	0004		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	1,000	M	37,77	37,77	
15.01.0005	0005		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	110,000	M	35,47	3901,70	
15.01.0006	0006		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	110,000	M	2,93	3223,00	
15.01.0007	0007		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	60,000	M	4,00	2400,00	
15.01.0008	0008		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	1,000	M	38,01	38,01	
15.01.0009	0009		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	3,000	M	8,41	25,23	
15.01.0010	0010		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	3,000	M	38,39	115,17	
15.01.0011	0011		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	12,000	M	14,99	179,88	
15.01.0012	0012		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	60,000	M	9,54	5724,00	
15.01.0013	0013		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	8,000	M	41,01	328,08	
15.01.0014	0014		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	3,000	M	30,17	90,51	
15.01.0015	0015		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	62,000	M	10,48	649,76	
15.01.0016	0016		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	18,000	M	7,91	142,38	
Total do Grupo							1948,03	
15.02								
15.02.0001								
15.02.0001	0001		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	10,000	M	138,56	1385,60	
15.02.0002	0002		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	2,000	M	134,59	269,18	
15.02.0003	0003		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	5,000	M	238,03	1190,15	
15.02.0004	0004		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	5,000	M	238,54	1192,70	
15.02.0005	0005		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	1,000	M	517,35	517,35	
15.02.0006	0006		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	2,000	M	638,56	1277,12	
15.02.0007	0007		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	10,000	M	12,61	126,10	
15.02.0008	0008		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	14,000	M	15,51	217,14	
Total do Grupo							6138,91	
Total do Grupo							7633,94	
15.03.0001								
15.03.0001	0001		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	8,000	M	391,81	3134,48	
15.03.0002	0002		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	26,000	M	616,81	16036,66	
15.03.0003	0003		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	4,000	M	354,89	1419,56	
15.03.0004	0004		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	2,250	M	212,49	478,10	
15.03.0005	0005		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	9,000	M	251,99	2267,91	
15.03.0006	0006		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	2,000	M	415,22	830,44	
15.03.0007	0007		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	5,000	M	235,22	1176,10	
15.03.0008	0008		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	16,000	M	220,25	3524,00	
15.03.0009	0009		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	17,200	M	265,57	4567,80	
15.03.0010	0010		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	13,250	M	330,45	4386,46	
15.03.0011	0011		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	26,400	M	488,44	12915,84	
15.03.0012	0012		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	1,000	M	356,56	356,56	
15.03.0013	0013		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	36,000	M	135,80	4888,80	
15.03.0014	0014		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	26,000	M	95,85	2493,10	
15.03.0015	0015		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	2,000	M	43,01	86,02	
15.03.0016	0016		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	26,000	M	161,39	4216,14	
15.03.0017	0017		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	1,000	M	30,00	30,00	
15.03.0018	0018		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	5,000	M	131,48	657,40	
15.03.0019	0019		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	2,000	M	41,60	83,20	
15.03.0020	0020		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	20,900	M	45,20	944,68	
15.03.0021	0021		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	0,000	M	12,95	0,00	
15.03.0022	0022		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	7,600	M	321,26	2441,58	
Total do Grupo							65388,81	
Total do Grupo							81482,75	
15.04								
15.04.0001								
15.04.0001	0001		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	605,200	M	71,18	43072,00	
15.04.0002	0002		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	20,000	M	51,57	1031,40	
Total do Grupo							44103,40	
Total do Grupo							52679,31	
15.05								
15.05.0001								
15.05.0001	0001		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	26,500	M	1,69	446,85	
15.05.0002	0002		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	1734,100	M	12,03	20864,86	
15.05.0003	0003		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	181,000	M	17,42	3153,58	
15.05.0004	0004		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	370,000	M	10,19	3770,30	
15.05.0005	0005		REDE TELEFONICA / BARRA DE CORTA 1/2" DE ALUMINIO, 1000CM	341,500	M	11,36	3878,28	

Handwritten signature and stamp.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO CEARA e PEDRO ITALO SAMPAIO GIRAO. Data da última assinatura: 05/04/2021 às 19:34:38. Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site <http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento> e informe o processo 8509408-76.2020.8.06.0000 e o código JV691T47.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO III DO CONTRATO

- ✓ Composição Analítica do BDI
- ✓ Composição dos Encargos Sociais
- ✓ Cronograma Físico-Financeiro.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
 EMPRESA: FHS CONSTRUTORA EIRELI - EPP
 OBJETO: REFORMA E ADAPTAÇÃO DO EDIFÍCIO DE MORADIA NOVA
 LOCAL: EDIFÍCIO DE BOM CRESCIMENTO Nº 27620 PROCELUSO ADMINISTRATIVO Nº 0500001-
 26.2020.8.06.0000
 LOCAL: MURICI - AVENIDA DE ABRIL Nº 38, 602 - METROPOLITANA / 85.000 - BOBESITA, BR. 25.1505 /
 17.1925 - EQUIPAMENTOS



Composição do BDI

Base:	Forma de Contratação: Moradia Nova
Orçamento:	1280 1/2010
Descrição:	REFORMA E ADAPTAÇÃO DO EDIFÍCIO DE MORADIA NOVA
Versão:	Versão final
Área:	LOGA/2 MJ

CUSTOS DIRETOS

TIPO	DESCRIÇÃO	TAXA (%)
AE	Administração Central	1,20%
SG	Seguros e Garantias do Empreendimento	0,80%
B	Riscos	1,27%
DE	Despesas Financeiras	0,50%

IMPOSTOS

TIPO	DESCRIÇÃO	TAXA (%)
	PIS	0,65%
	ISS	1,60%
	CSLL BPS	1,00%
	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)	4,50%
I	Total de Impostos	7,75%

BENEFÍCIOS

TIPO	DESCRIÇÃO	TAXA (%)
I	Iuro	6,10%
I	O percentual de ISS considerando não de obra de 32% do Preço de Venda - ISS Municipal de 5,00%	

CÁLCULO DO BDI

$$BDI = \left[\frac{(I + E + S + G + D) + (I + E + S + G + D) \cdot I}{1 - I} \right] \cdot 100$$

BDI REFERENCIAL 25,15%

Observações:

I - Os percentuais informados se referem aos valores admissíveis para a composição do BDI, conforme acórdão TCU - Plenário 2677/2013.

II - Os tributos (PIS) e CSLL, não deverão integrar o cálculo do BDI, nem tampouco a planilha de custos direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e pessoalística, que incidem pessoalmente no contrato, não devendo ser repassados à contratante, conforme Súmula/TCU n.º 254/2010.

III - A inserção da CPRO decorre das alterações promovidas pelas leis n.º 12.844/2013 e 13.043/2014, conforme orientação do Acórdão TCU n.º 2.293/2013 - Plenário. A nova modalidade de recolhimento da contribuição previdenciária poderá impactar as taxas do BDI mediante a majoração do percentual correspondente a 2% sobre o preço total da obra, em substituição à contribuição previdenciária patronal de 20% prevista nos encargos sociais. Nos orçamentos de obras públicas, somente se aplicará durante os períodos de sua vigência legal e dependo do empacotamento da obra e das empresas contratadas nas respectivas atividades econômicas expressamente citadas na legislação.

IV - A lei n.º 13.161/2015, em seu art. 7º, aumenta a contribuição previdenciária sobre receita bruta para 4,5%, a partir de 01/01/2016.

Fortaleza-CE, 30 de novembro de 2020.

Procurador
 Francisco Holanda Sampaio
 FHS CONSTRUTORA EIRELI
 CNPJ: 27.843.749/0001-57


 Sr. Jorge Luiz A. Vianna
 RN: 060152944-0
 CRE: 4085-0

FÓRUM DE MORADA NOVA - RUA DE FRENTE LINDA 1234567

EMPRESA: FHS CONSTRUTORA EIRELI - EPP

OBJETO: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO FÓRUM DE MORADA NOVA

EDITAL: EDITAL DE LICITAÇÃO ELETRÔNICO Nº 2/2020 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0200000000000000000)

FÓRUM: SAMPAI - ANEXO 2/2020 LICITAÇÃO: 04,00% - MENSALISTA / 05,00% - HORISTA: 00,25% / 12,30% - EQUIPAMENTO



Composição de Encargos Sociais - MENSALISTA

Instituição: Fórum da Comarca de Morada Nova
 Documento: 11280-1/2020
 Descrição: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO FÓRUM DE MORADA NOVA
 Versão: Versão Inicial
 Área: 1.066,42 M2

CODIGO	DISCRIMINAÇÃO DAS TAXAS	%
GRUPO A		
A1	INSS	0,00%
A2	SEMI	1,50%
A3	SENAI	1,00%
A4	INCRA	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%
A7	Seguro contra os acidentes do trabalho	3,00%
A8	FGTS	8,00%
A9	SECONCI	0,00%
SUBTOTAL		16,80%
GRUPO B		
B1	Resposivo Semanal Remunerado	Não Incide
B2	Ferriados	Não Incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,69%
B4	13º Salário	0,33%
B5	Licença paternidade	0,06%
B6	Faltas justificadas	0,56%
B7	Dias de Chuva	Não Incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,09%
B9	Férias Gozadas	7,00%
B10	Salário Maternidade	0,03%
SUBTOTAL		16,84%
GRUPO C		
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,28%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,10%
C3	Férias Indenizadas	3,36%
C4	Depósito Recisão sem Festa Caixa	3,67%
C5	Indenização Adicional	0,36%
SUBTOTAL		11,77%
GRUPO D		
D1	Reincidência de "A" sobre "B"	2,43%
D2	Reincidência de "A" sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,36%
SUBTOTAL		3,19%
TOTAL (A+B+C+D)		48,00%

Fortaleza-CE, 30 de novembro de 2020.

Francisco Holanda Sampaio
 Procurador
 Francisco Holanda Sampaio
 FHS CONSTRUTORA EIRELI
 CNPJ: 27.843.749/0001-57

Jorge Luiz A. Viana
 Juiz
 Jorge Luiz A. Viana
 RN: 060152944-0
 CPF: 6885-0

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO CEARA e PEDRO ITALO SAMPAIO GIRAO. Data da última assinatura: 05/04/2021 às 19:34:38. Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site <http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento> e informe o processo 8509408-76.2020.8.06.0000 e o código JV691T47.

FÓRUM DE MORADA NOVA
 EMPRESA: FHS CONSTRUTORA EIRELI - EPP
 OBJETO: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO FÓRUM DE MORADA NOVA
 FÓRUM: FÓRUM DE MORADA NOVA Nº 27.2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0509000-76.2019.0.06.0000-1
 CARGO: SIAPI - ANO 1/2020 (CARGO): 48,00% - MEDICINA / 05,00% - HOBISTA DE 25,35% / 17,10% - EQUIPAMENTO

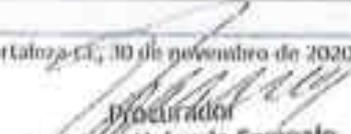


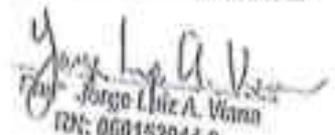
Composição de Encargos Sociais - HOBISTA

Imóvel: Fórum da Comarca de Morada Nova
 Orçamento: 11200-1/2020
 Descrição: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO FÓRUM DE MORADA NOVA
 Versão: Versão Inicial
 Área: 1.066,42 M2

CÓDIGO	DESCRIMINAÇÃO DAS TAXAS	%
GRUPO A		
A1	INSS	0,00%
A2	SESI	1,50%
A3	SENAI	1,00%
A4	INCRA	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%
A7	Seguro contra os acidentes do trabalho	3,00%
A8	FGTS	8,00%
A9	SECONCI	0,00%
SUBTOTAL		16,80%
GRUPO B		
B1	Resposso Semanal Remunerado	17,85%
B2	Feriados	3,71%
B3	Auxílio - Enfermidade	0,90%
B4	13º Salário	10,83%
B5	Licença paternidade	0,07%
B6	Faltas justificadas	0,72%
B7	Dias de Chuva	1,55%
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,11%
B9	Férias Gozadas	9,20%
B10	Salário Maternidade	0,00%
SUBTOTAL		46,97%
GRUPO C		
C1	Aviso Prévio Indenizado	5,56%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,13%
C3	Férias Indenizadas	4,37%
C4	Depósito Rescisão sem Justa Causa	4,76%
C5	Indenização Adicional	0,47%
SUBTOTAL		15,29%
GRUPO D		
D1	Reincidência de "A" sobre "B"	7,55%
D2	Reincidência de "A" sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,47%
SUBTOTAL		8,02%
TOTAL (A+B+C+D)		85,08%

Fortaleza-CE, 30 de novembro de 2020.


 Procurador
 Francisco Holanda Sampato
 FHS CONSTRUTORA EIRELI
 CNPJ: 27.843.749/0001-57


 Jorge Luiz A. Viana
 CN: 000152944-0
 CPF: 0065-0

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO CEARA e PEDRO ITALO SAMPAIO GIRAO. Data da última assinatura: 05/04/2021 às 19:34:38. Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site <http://portaladmin.tjce.jus.br/atendimento> e informe o processo 8509408-76.2020.8.06.0000 e o código JV691T47.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
 EMPRESA: RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP
 OBJETO: RESCISÃO E ANULAÇÃO DO PÉRIodo DE INSCRIÇÃO DE
 Nº 74.2014 DE RHM CONSTRUTORA ERDO (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 000040-76/2020)
 FONTE: SPAN - APRESENTAÇÃO DE PÉRIodo DE INSCRIÇÃO Nº 74.2014 - ADMINISTRATIVO

Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total	Valor Líq.	Valor Líq. com Descontos	Valor Líq. com Retenções	Valor Líq. com Retenções e Descontos	Valor Líq. com Retenções e Descontos e Impostos	Valor Líq. com Retenções e Descontos e Impostos e Taxas	Valor Líq. com Retenções e Descontos e Impostos e Taxas e Juros	Valor Líq. com Retenções e Descontos e Impostos e Taxas e Juros e Multas	Valor Líq. com Retenções e Descontos e Impostos e Taxas e Juros e Multas e Juros	Valor Líq. com Retenções e Descontos e Impostos e Taxas e Juros e Multas e Juros e Taxas	Valor Líq. com Retenções e Descontos e Impostos e Taxas e Juros e Multas e Juros e Taxas e Juros	Valor Líq. com Retenções e Descontos e Impostos e Taxas e Juros e Multas e Juros e Taxas e Juros e Taxas	Valor Líq. com Retenções e Descontos e Impostos e Taxas e Juros e Multas e Juros e Taxas e Juros e Taxas e Juros	Valor Líq. com Retenções e Descontos e Impostos e Taxas e Juros e Multas e Juros e Taxas e Juros e Taxas e Juros e Taxas
0.0	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
0.1	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
0.2	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
0.3	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
0.4	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
0.5	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
0.6	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
0.7	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
0.8	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
0.9	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
1.0	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
1.1	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
1.2	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
1.3	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
1.4	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
1.5	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
1.6	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
1.7	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
1.8	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
1.9	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
2.0	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
2.1	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
2.2	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
2.3	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
2.4	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
2.5	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
2.6	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
2.7	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
2.8	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
2.9	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
3.0	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
3.1	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
3.2	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
3.3	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
3.4	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
3.5	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
3.6	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
3.7	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
3.8	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
3.9	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
4.0	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
4.1	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
4.2	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
4.3	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
4.4	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
4.5	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
4.6	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
4.7	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
4.8	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
4.9	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
5.0	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
5.1	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
5.2	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
5.3	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
5.4	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
5.5	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
5.6	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
5.7	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
5.8	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
5.9	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
6.0	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
6.1	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
6.2	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
6.3	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
6.4	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
6.5	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
6.6	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
6.7	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
6.8	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
6.9	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
7.0	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
7.1	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
7.2	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
7.3	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
7.4	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
7.5	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
7.6	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
7.7	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
7.8	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
7.9	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
8.0	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
8.1	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
8.2	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
8.3	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
8.4	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
8.5	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
8.6	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
8.7	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
8.8	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
8.9	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
9.0	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
9.1	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
9.2	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		
9.3	EMPRESA RHM CONSTRUTORA ERDO - EPP																		